

RELATÓRIO **GESTÃO**  
2021 e  
**DEMONSTRAÇÕES**  
FINANCEIRAS  
**CONSOLIDADAS**

VILA NOVA DE  
**GAIÁ**  
CÂMARA MUNICIPAL

## Conteúdo

1. Introdução .....	2
2. Entidades Participadas .....	3
2.1 – Entidades objeto de consolidação .....	3
2.1.1 - Águas de Gaia .....	3
2.1.2 - Gaiurb Urbanismo e Habitação, EEM .....	5
2.1.3 - Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia .....	9
2.1.4 - GaiaDouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado .....	11
2.1.5 - Municípa - Empresa Cartografia e Sistemas Informação, EM, S.A. ....	12
2.1.6 – Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CRL .....	14
2.1.7 – STCP, E.I.M, S.A. ....	15
3. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas .....	16
Documentos Consolidados .....	21

## 1. Introdução

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei 73/2013, de 3 de setembro), estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado.

A Contabilidade Pública torna-se fundamental dado que coloca a ênfase na eficiência, desempenho e na *“accountability”*, tentando manter a qualidade dos serviços.

A reforma materializada pela implementação do SNC-AP, permite implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas e fomentar a normalização contabilística, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentar o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, e contribuir para a satisfação das necessidades dos *stakeholders*.

Permite ainda uniformizar procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, devendo, para o efeito, nos termos da NCP 22, a entidade que controla apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

O Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2021 apresenta as principais atividades desenvolvidas nesse ano pelas Entidades que constituem o perímetro de consolidação do Município de Vila Nova de Gaia, demonstrando a sua contribuição decisiva para a prossecução dos seus objetivos.

## 2. Entidades Participadas

Como anteriormente referido, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. O Município de Vila Nova de Gaia, enquanto entidade consolidante, detém participações nas seguintes entidades:

**Quadro 1 – Entidades Participadas**

Entidade	NIPC	Valor subscrito	% MVNG no Capital Social	Consolida	Método
Águas de Gaia EM, S.A.	504763202	53 999 879,79 €	100,00%	Sim	Integral
Gaiurb - Urbanismo e Habitação EEM	506064433	2 268 000,00 €	100,00%	Sim	Integral
Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG	507809661	1 183 770,40 €	82,28%	Sim	Integral
Gaia Douro - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	720009499	6 000 000,00 €	100,00%	Sim	Integral
Gaia Futuro - Cooperativa de Interesse Público, CRL	513567020	45 000,00 €	90,00%	Sim	Integral
Município - Empresa Cartografia e Sistemas Informação EM, S.A.	504475606	154 639,37 €	4,78%	Sim	MEP
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	500246467	10 836 000,00 €	12,04%	Sim	MEP
Simdouro – Saneamento do Grande Porto S.A.	514310103	5 546 450,00 €	24,12%	Não	-
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos S.A.	503693812	850 000,00 €	25,00%	Não	-
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504454536	55 200,00 €	36,80%	Não	-
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	3 664 903,50 €	0,88%	Não	-
Águas Douro e Paiva, S.A.	503537624	1 136 910,00 €	5,44%	Não	-
Fundação PortoGaia para Desenvolvimento do Desporto	504521071	4 989,48 €	20,00%	Não	-
Fundação da Juventude	502263342	24 939,89 €	1,50%	Não	-
Metro do Porto, S.A.	503278602	5,00 €	0,00%	Não	-

### 2.1 – Entidades objeto de consolidação

É importante ressaltar que, para efeitos do presente documento, foram consideradas as entidades participadas pelo Município em relação às quais são cumpridos os critérios legais de inclusão no referido perímetro de consolidação, nomeadamente, nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Como se encontra refletido no quadro 1, foram utilizados dois métodos de consolidação distintos, a saber:

- O método de consolidação integral, que consiste na integração dos elementos do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa e da Demonstração de Alterações no Património Líquido, das entidades consolidadas, nas componentes das demonstrações financeiras da entidade consolidante, após as correções devidas;
- O método de equivalência patrimonial, que consta na substituição no balanço, da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

#### 2.1.1 - Águas de Gaia

Águas de Gaia, EM SA, é uma empresa municipal detida a 100% pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia representando um instrumento da sua política para o concelho. Tem como objetivo prestar um serviço de excelência, aliado a uma relação de parceria com uma população cada dia mais exigente.

Águas de Gaia assume como principal missão assegurar:

- A distribuição de água de qualidade aos gaienses;
- A drenagem das águas residuais e a gestão da rede de águas pluviais, contribuindo para a despoluição do rio Douro e das ribeiras do concelho;
- A gestão da recolha e encaminhamento dos resíduos sólidos urbanos;
- A promoção da melhor utilização das praias e zonas balneares do concelho;
- O contributo para a qualidade de vida das populações.

A Empresa e os seus colaboradores assumem a responsabilidade perante os clientes e munícipes de Gaia, bem como perante aqueles que usufruem dos seus serviços de cumprir as funções que lhe são delegadas pelo município de Vila Nova de Gaia. É uma empresa ambiciosa, mas com responsabilidades sociais e ambientais.

Águas de Gaia, EM SA é hoje uma empresa de referência no setor, inovadora, com provas dadas e com uma visão de futuro. Para além do reconhecimento no concelho e no país, está neste momento a desenvolver projetos internacionais que evidenciam a competência e o conhecimento dos seus colaboradores.

A empresa trabalha diariamente para manter os elevados índices de qualidade, sustentabilidade e inovação e cuja marca é conhecida dos gaienses: ÁGUAS DE GAIA!... “Empresa Local, Visão Global!”.

As demonstrações financeiras da ÁGUAS DE GAIA, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Sociedade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, SNC, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Sociedade, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação. O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos. As demonstrações financeiras desta entidade são individuais e foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Sociedade e no regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

### **Balanço**

A 31 de dezembro de 2021 o total do Ativo da Águas de Gaia era de 119 246 mil euros o que representa uma diminuição de 569 milhares de euros comparativamente com os 119 815 milhares de euros de 2020. Atendendo que o Passivo teve um aumento de 187 mil euros isso implicou que o Património Líquido mantivesse a tendência de descida verificada em 2020, sendo que em 2021 a sua diminuição foi de 224 milhares de euros, passando de 63 394 mil euros para 62 638 mil euros. A diminuição do valor do ativo decorreu do fato de o aumento de 1 833 mil euros no ativo corrente não ter sido suficiente para compensar a diminuição de 2 402 mil euros ocorrida no não corrente, maioritariamente Ativo Fixo Tangível. Também no que diz respeito ao aumento do valor do Passivo, a sua variação negativa derivou do fato de um aumento de 1 841 mil euros no Passivo Corrente ter sido superior à diminuição de 1 654 mil euros que se verificou no Não Corrente.

### **Demonstração de Resultados.**

Verifica-se uma diminuição do Resultado Líquido do Exercício de aproximadamente 36 mil euros em comparação com o valor registado em 2020, passando de 340 mil euros para 304 mil euros. Os Rendimentos atingiram um valor de 64 114 milhares de euros, menos 394 mil euros do que os registados no ano de 2020 em que o valor foi de 64 508 mil euros. Apesar de se ter também verificado uma diminuição nos gastos no montante de 238 mil euros passando de 63 839 milhares de euros em 2020 para 63 601 milhares de euros em 2021, este não foi suficiente para fazer face à diminuição do rendimento verificada. É de realçar a diminuição de aproximadamente 20% nos subsídios à exploração e a reversão da Provisão para Processos Judiciais em Curso no montante de 363 mil euros. A rubrica Outros Rendimentos, que no exercício de 2021 apresentou um valor de 1 990 mil euros, é composta fundamentalmente pela imputação aos rendimentos da amortização anual dos subsídios ao investimento.

### **Indicadores económico-financeiros**

Da análise do quadro seguinte verifica-se uma estabilidade da situação financeira da empresa.

Indicadores	2021	2020
Autonomia Financeira = Capital Proprio/Ativo*100	52,53%	52,91%
Liquidez Geral = Ativo Corrente/Passivo Corrente*100	63,73%	60,32%
Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo *100	110,65%	112,36%

#### **2.1.2 - Gaiurb Urbanismo e Habitação, EEM**

A Gaiurb, EM, é uma empresa local, integralmente detida pelo Município de Vila Nova de Gaia. Tratando-se de uma entidade empresarial local o seu regime jurídico consta da Lei nº50/2012 de 31 de agosto, em conjugação com a lei comercial e os respetivos estatutos.

A partir de janeiro de 2015, a Gaiurb ficou sujeita às regras da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que introduziu a quarta alteração à lei 8/2012 de 21 de fevereiro – Lei do Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, e aos procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalidade da prestação da informação, nos termos do Decreto-lei nº 127/2012 de 21 de junho.

A empresa municipal Gaiurb tem como missão apoiar o Município de Vila Nova de Gaia:

- No domínio do Urbanismo desenvolvendo uma política urbanística de excelência desde o planeamento e licenciamento, à fiscalização e paisagem urbana;
- No domínio da Habitação, no desenvolvimento de uma política de habitação que assume a coesão social como pilar de atuação, numa lógica de coordenação socio-habitacional e exploração patrimonial.

Assim, nestes dois domínios, a Gaiurb quer contribuir para a sustentabilidade do concelho e para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. A Empresa, tem como objetivos principais o ordenamento do território, a gestão e fiscalização das operações urbanísticas, a reabilitação e regeneração urbana, a exploração e promoção da habitação, o desenvolvimento de serviços e inovação e a promoção do desenvolvimento local do concelho de Vila Nova de Gaia.

Compete à Gaiurb, em sincronia com a DMUA, a prossecução dos seguintes objetivos no âmbito do Urbanismo:

- a) Desenvolver as iniciativas necessárias com vista à promoção do enquadramento estético do concelho, nomeadamente no que diz respeito à paisagem e reabilitação urbana;
- b) Promover (todas) as atividades associadas à reabilitação urbana, nos termos da legislação em vigor;
- c) Instruir, apreciar e emitir pareceres sobre todos processos de licenciamento de publicidade e ocupação do espaço público a eles associados, prestando colaboração necessária, mediante a elaboração de estudos e/ou projetos, tendente à regular instrução de processos;
- d) Propor a definição dos parâmetros e do desenho urbano, necessários à qualificação urbana do território;
- e) Participar na elaboração dos instrumentos de gestão territorial de nível supramunicipal e emitir parecer dirigido à Câmara Municipal sobre as suas diferentes fases da elaboração;
- f) Emitir parecer sobre a integração e exclusão de áreas de Reserva Ecológica Nacional e na Reserva Agrícola Nacional;
- g) Propor à Câmara Municipal que requeira a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação e posse administrativa, de terrenos necessários à execução dos planos de urbanização e dos planos de pormenor e de unidades de execução plenamente eficazes;
- h) Executar e monitorizar a execução dos planos municipais de ordenamento do território e propor medidas de atualização ou correção de desvios;
- i) Propor a delimitação das zonas de defesa e controlo urbano e dos planos de renovação de áreas degradadas;
- j) Emitir pareceres e gerir todos os procedimentos relativos às operações urbanísticas, nos termos da lei;

- k) Assegurar a compatibilização dos projetos e operações urbanísticas com os instrumentos eficazes de gestão territorial, a legislação e normativos legais e o modelo de desenvolvimento urbanístico do município;
- l) Elaborar estudos de estruturação viária e propor alinhamentos em vias municipais;
- m) Assegurar ações de fiscalização urbanística e propor as medidas previstas na lei, tendo em vista o cumprimento das disposições legais e regulamentares;
- n) Organizar, instruir e propor as decisões no âmbito dos processos de contraordenação;
- o) Coordenar e executar tarefas de recolha, produção e processamento de informação alfanumérica, cartográfica e topográfica, necessárias ao apoio nas funções de planeamento gestão e fiscalização urbanística;
- p) Gerir informação topográfica obtida pelos serviços municipais e fornecida pelas entidades particulares;
- q) Promover a realização de ações de formação em matéria de urbanismo e ordenamento do território ou outras da sua competência;
- r) Desenvolver produtos informáticos que auxiliem a atividade corrente da empresa, designadamente nas áreas de gestão do ordenamento do território e no seu enquadramento urbanístico;
- s) Promover, através de peritos qualificados nomeados para o efeito, a certificação energética dos edifícios sitos no Concelho de Vila Nova de Gaia, nos termos da lei;
- t) Assegurar a divulgação das atividades desenvolvidas junto dos munícipes, nomeadamente através da elaboração de estudos e projetos de criação gráfica e de comunicação;
- u) Desenvolver outras atividades no âmbito da gestão urbanística, nomeadamente no que respeita ao licenciamento de postos de abastecimento e de armazenagem de combustíveis e outros derivados do petróleo; inspeção e fiscalização de elevadores; autorização de equipamentos de telecomunicações, bem como outras atividades de licenciamento e fiscalização relacionadas;
- v) Desenvolver projetos e promover todas as atividades associadas à reabilitação e requalificação urbanas, nos termos da legislação em vigor.

No que se refere à Habitação, os objetivos prosseguidos são os seguintes:

- a) Promover o desenvolvimento da habitação social no Concelho e a exploração do parque habitacional da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- b) Otimizar a capacidade de resposta em matéria de atribuição de habitação social, adequando o perfil da procura à eventual oferta de novos fogos;
- c) Instruir, apreciar e emitir parecer sobre as candidaturas a habitação social, de acordo com a legislação em vigor;
- d) Formalizar o realojamento, desde a preparação de contratos de arrendamento e cálculo de rendas, de acordo com a legislação em vigor;

- e) Apostar no trabalho de proximidade com os munícipes gaienses proporcionando todos os esclarecimentos acerca dos procedimentos do Departamento de Habitação, prestando um serviço público de excelência;
- f) Promover o desenvolvimento de dinâmicas comunitárias, através da implementação de microprojetos delineados em função das especificidades dos vários empreendimentos sociais;
- g) Promover a coordenação e exploração sócio habitacional com vista à conservação dos edifícios e à gestão dos espaços comuns, tendo em conta os princípios de responsabilização, participação e proximidade;
- h) Apoiar as pessoas na prevenção e/ou reparação de problemas que geram ou foram gerados por situações de exclusão social, através de uma intervenção e acompanhamento social individualizado;
- i) Promover obras de manutenção e reabilitação dos empreendimentos sociais assim como a manutenção das instalações e outros edifícios pertencentes ou sob exploração da empresa;
- j) Realizar estudos e propostas de reabilitação e ou/ inovação para os vários empreendimentos sociais assim como para as instalações e outros edifícios pertencentes à empresa;
- k) Assegurar as manutenções de equipamentos (elevadores, centrais hidropressoras, campos de jogos) de acordo com a legislação aplicável.

É ainda objetivo da Gaiurb desenvolver outras atividades no mercado de bens e serviços, junto de outros agentes económicos, relacionadas com o seu objeto, designadamente nas áreas da assessoria e consultoria e na elaboração de projetos.

Parte da atividade da empresa é suportada por dois importantes documentos contratuais subscritos com o Município de Vila Nova de Gaia: O Contrato Programa e o Contrato de Reabilitação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos.

O Contrato Programa define um conjunto de orientações de natureza estratégica e funcional, e o Município através do Contrato de Mandato, encarrega a Gaiurb da execução das ações de manutenção e de reabilitação em edifícios públicos municipais na área da habitação social e da reabilitação urbana. No âmbito das candidaturas apresentadas, pelo Município de Vila Nova de Gaia, ao abrigo do Programa Portugal 2020, foram contratualizados com a Gaiurb um conjunto de projetos de execução de reabilitação do património municipal e do espaço público, bem como, de projetos de reabilitação energética do parque habitacional social, denominada por contratação *In House*.

A Gaiurb na sua vertente da área social continua a assumir um papel importante na resolução das mais diversas carências sociais sentidas pelos inquilinos mais vulneráveis, desenvolvendo políticas sociais direcionadas para a coesão social e seguindo as orientações políticas e estratégicas definidas pelo município na área de intervenção social, procurando sempre desenvolver projetos e ações de elevado cariz social. Esta área de intervenção assumiu um papel ainda mais preponderante e importante, numa altura de grande fragilidade social que a pandemia da COVID-19 trouxe. Assim, foi dada prioridade ao acompanhamento mais assíduo, e uma intervenção mais focalizada para os problemas sentidos no dia-a-dia pela comunidade.

A satisfação dos Municípes e clientes, continua a ser um primado para a Empresa, procurando sempre prestar um serviço de excelência e de qualidade.

Como entidade reclassificada a Gaiurb, EM, em 2020 adotou o Sistema Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) que conjugado com a nova Lei de Enquadramento Orçamental, trazem um novo paradigma às finanças públicas, centrado fundamentalmente na sua contabilidade, relato, controlo e transparência.

### **Balanço**

A 31 de dezembro de 2021 o valor do ativo da Gaiurb EM era de 19 840 mil euros, mais 1 835 mil euros que o valor de 2020 que havia sido de 18 005 milhares de euros. Esta variação positiva no valor do Ativo ficou a dever-se fundamentalmente a um aumento do ativo corrente que passou de 7 135 mil euros para 9 132 mil euros. No que se refere ao Passivo este também sofreu um aumento de 1 001 mil euros passando de 6 103 mil euros para 7 104 milhares de euros, no entanto neste caso o aumento foi repartido quase equitativamente pelo passivo corrente e não corrente. Estas variações no Ativo e Passivo da empresa tiveram como resultado um aumento de 835 mil euros no Património Líquido que passou de 11 902 mil euros para 12 737 mil euros.

### **Demonstração de Resultados**

Após a análise às demonstrações financeiras verificamos que o Resultado Líquido do Exercício teve um aumento muito significativo, passando de um valor de pouco mais que 3 mil euros em 2020, para um valor próximo de 927 mil euros. Este aumento verificado nos resultados de 2021 deveu-se em grande medida à variação ocorrida ao nível dos Impostos, Contribuições e Taxas que passaram de 3 728 mil euros para 5 257 milhares de euros.

### **Indicadores económico-financeiros**

Da análise do quadro seguinte verifica-se que a entidade apesar de ter diminuído ligeiramente a sua Autonomia Financeira e a sua Solvabilidade, aumentou a sua Liquidez Geral o que indicia alguma estabilidade ao nível económico-financeiro.

Indicadores	2021	2020
Autonomia Financeira = Capital Proprio/Ativo*100	64,20%	66,10%
Liquidez Geral = Ativo Corrente/Passivo Corrente*100	218,68%	193,60%
Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo *100	193,37%	195,03%

2.1.3 - Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia  
A Inovagaia é uma instituição de referência no fomento do empreendedorismo e no apoio ao tecido económico de Vila Nova de Gaia. No Centro de Incubação de Empresas, no Parque Tecnológico de S. Félix da Marinha, a

Inovagaia apoia, pela via da incubação, os candidatos a empreendedores, com potencial de crescimento, proporcionando-lhes um ambiente propício à concretização dos seus projetos empresariais.

Simultaneamente, dá grande atenção ao tecido empresarial já instalado em Vila Nova de Gaia, tanto na vertente de desenvolvimento nacional, como no apoio à internacionalização, utilizando as ferramentas de aconselhamento de gestão e financeiras de que dispõe. A captação de investimento estrangeiro para o concelho é, também, uma das prioridades da Inovagaia.

Durante o ano de 2021, a Inovagaia, tentou encontrar nas adversidades que se mantiveram decorrentes do estado de pandemia que o país atravessa, oportunidade de se reinventar procurando inovar e criar impacto social.

Estrategicamente, a organização sofreu algumas alterações no sentido de simplificar a comunicação dos serviços e assim as atividades desenvolvidas dividiram-se em três vetores de intervenção:

1. Incubação e Empreendedorismo;
2. Apoio Empresarial;
3. Formação.

As demonstrações financeiras da Inovagaia foram elaboradas no pressuposto da continuidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março e republicado pelo Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de junho.

### ***Balanço***

A 31 de dezembro de 2021 o valor do ativo da Inovagaia era de 3 379 mil euros, mais 109 mil euros que o valor de 2020 que se ficou pelos 3 270 milhares de euros. Esta variação positiva no valor do Ativo ficou a dever-se fundamentalmente a um aumento do ativo corrente. No que se refere ao Passivo este também aumentou 135 mil euros passando de 582 mil para 717 milhares de euros e tal como se verificou no ativo este aumento também ocorreu no passivo corrente até porque a entidade não possui passivo não corrente. Estas variações no Ativo e Passivo implicaram uma diminuição de 26 mil euros no valor do Património Líquido que mantém assim a tendência de diminuição que já se havia verificado em 2020.

### ***Demonstração de Resultados***

O Resultado Líquido em 2021 ascendeu a cerca de 18 mil euros o que representa uma diminuição de 6 mil euros relativamente aos 24 mil euros atingidos em 2020, mantendo-se assim uma tendência de diminuição embora muito menos significativa do que a que ocorreu de 2019 para 2020. Apesar de se ter verificado um aumento de mais de 39% no valor dos rendimentos, o valor dos gastos nas duas rubricas mais significativas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, aumentaram mais de 42% o que influenciou a diminuição dos

resultados pois no que se refere a todas as outras rúbricas de gastos, os valores mantiveram alguma estabilidade comparando com o ano anterior.

### **Indicadores económico-financeiros**

Da análise do quadro seguinte verifica-se uma ligeira diminuição nos valores dos indicadores económicos financeiros, mantendo uma certa estabilidade nos últimos anos.

Indicadores	2021	2020
Autonomia Financeira = Capital Proprio/Ativo*100	78,78%	82,20%
Liquidez Geral = Ativo Corrente/Passivo Corrente*100	166,78%	177,80%
Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo *100	371,32%	461,85%

#### 2.1.4 - GaiaDouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado GAIA DOURO iniciou a sua atividade em 19 de dezembro de 2008, com um capital social inicial de 6.000.000 euros e com uma duração de 10 anos, prorrogável por períodos subsequentes de 5 anos. O Fundo tem como principal objetivo alcançar uma valorização crescente do capital investido, numa perspetiva de médio e longo prazo, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, e em obediência a são critérios de segurança, rentabilidade e liquidez. O investimento é essencialmente feito em ativos imobiliários sítos no Município de Vila Nova de Gaia, podendo excecionalmente, quando o interesse dos participantes assim o imponha, investir-se em ativos imobiliários localizados em outros municípios, nomeadamente municípios limítrofes.

Em 2021 mantiveram-se os arrendamentos em vigor, maioritariamente com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Prosseguiu-se com várias ações tendentes ao desenvolvimento e comercialização dos imóveis do Fundo situados no concelho de Gaia, tendo sido alienados os ativos designados por “António Costa Bernardes” e “Pinhal da Aguda”. Em termos de alienações, encontram-se ainda em fase de conclusão três processos de venda, que permitirão continuar a dotar o Fundo de liquidez para assegurar a estabilidade financeira, cumprir o serviço da dívida e realizar novos investimentos. No que concerne a aquisições, foi adquirida uma parcela do imóvel “Pinto Mourão” que foi vendida no próprio ano e o ativo “20 de junho”, através de uma operação de permuta com os ativos “Casa do Duque”, “Arcos de Sardão” e da totalidade do imóvel “Pinto Mourão”. Sobre este ativo decorre o processo de licenciamento e análise quantitativa dos custos, com vista a dar-se início à sua edificação logo que emitida a respetiva licença de construção.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade. Este Regulamento impõe a divulgação de informação que se destina não só a desenvolver e a comentar os valores incluídos nas

referidas Demonstrações Financeiras, mas também informações consideradas úteis para os participantes do Fundo de investimento.

### **Balanço**

O valor do ativo no final de 2021 era de 22 362 milhares de euros o que significou um aumento de 1 091 mil euros em comparação com o valor de 2020 que foi 21 271 mil euros. Este aumento incidiu fundamentalmente no Ativo não Corrente. Quanto ao Passivo, que nesta entidade é apenas de curto prazo, manteve a tendência descendente que já se vinha a verificar no período anterior passando a ser de 5 209 mil euros o que representa uma diminuição de 1 336 mil comparativamente com os 6 545 mil euros de 2020. Daqui decorre que o Património Líquido aumentou 2 629 mil euros, cifrando-se em 2021 em 17 154 milhares de euros quando em 2019 era de 14 725 milhares euros.

### **Demonstração de Resultados**

Da análise dos resultados obtidos, constata-se quem em 2021 os Resultados Líquidos foram de 2 428 mil euros o que representa um aumento de 1 072 mil euros face aos 1 356 milhares de euros de 2020. Esta variação positiva decorre do aumento de aproximadamente 853 mil euros no montante de rendimentos que passaram de 2 197 milhares de euros em 2020 para 3 050 milhares de euros em 2021 e de uma diminuição de aproximadamente 219 milhares de euros nos gastos.

### **Indicadores económico-financeiros**

Da análise do quadro seguinte verificamos uma melhoria da capacidade financeira global da entidade para solver a totalidade dos seus compromissos. Embora a liquidez geral apresente valores reduzidos, manteve-se em 2021 a melhoria que já se havia verificado em 2020 em resultado de um aumento do valor do Ativo que foi acompanhado de uma diminuição do valor do Passivo que no caso deste Fundo é apenas corrente.

Indicadores	2020	2020
Autonomia Financeira = Capital Proprio/Ativo*100	76,71%	69,23%
Liquidez Geral = Ativo Corrente/Passivo Corrente*100	15,94%	10,56%
Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo *100	329,32%	224,97%

#### **2.1.5 - Município - Empresa Cartografia e Sistemas Informação, EM, S.A.**

A Município, é uma empresa enquadrada no setor empresarial Local e tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultadoria em sistemas de informação

geográfica e, em geral, de sistemas de informação, trabalho aéreo, formação nas áreas da sua atividade social, prestação de serviços energéticos, soluções ambientais, organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras e compras em grupo.

A Municípa desenvolve a sua atividade fundamentalmente em quatro direções que durante o ano de 2021 tiveram a seguinte atividade:

- Direção de cartografia e cadastro – Continuação da produção cartográfica em Base de Dados, desenvolvimento de projetos de cadastro a vários municípios, continuação dos contatos com os Palop;
- Direção de Engenharia e Infraestruturas – Esta direção focou-se na continuidade do desenvolvimento de projetos transitados de anos anteriores e em novos projetos surgidos durante o ano de 2021;
- Direção de inteligência Espacial – Apesar de se ressentir com a continuidade do estado de pandemia, que obrigou a uma adaptação na forma de trabalhar, foi possível manter o normal funcionamento da empresa com o apoio técnico às restantes direções. Foi dada continuidade à prestação de apoio técnico aos projetos da DEI e da DCC, nomeadamente apoiando no processo de conversão das metodologias de trabalho tendo em conta o recente modelo de dados da DGT. No âmbito de projetos de investimento com perspetiva de rentabilização futura destaca-se a conclusão da implementação da Plataforma CityHub em mais de uma dezena de clientes, a conclusão dos planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a implementação de serviços Open Gis Consortium. Destaca-se ainda o Atlas Municipal, Harmonização de Bases de Dados e um projeto de implementação da Plataforma de Proteção Civil como projetos que se prolongam para 2022.
- Direção de Novos negócios – Em 2021 esta direção focou-se na estabilidade das iniciativas que vinha a desenvolver nos anos anteriores, concretizando as ações de inovação iniciadas em 2020, consolidando a equipa na distribuição de produtos e serviços e reforçando o envolvimento com as restantes unidades orgânicas da empresa em matéria de novas oportunidades de negócio.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização de períodos, consistência e substância sobre a forma e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho.

### **Balanço**

O Capital Próprio da empresa teve um aumento de aproximadamente 105 mil euros passando de 3 163 mil euros em 2020 para 3 268 milhares de euros no ano de 2021. O Total do Ativo diminuiu 55 mil euros passando de 7 130 milhares de euros em 2020 para 7 074 milhares de euros em 2021, no entanto verificou-se um aumento de 302 mil euros no Ativo não Corrente, devido a um aumento do ativo fixo intangível de 478 mil euros, que não foi suficiente para compensar a diminuição de 357 mil euros que ocorreu no Ativo Corrente.

Apesar da diminuição do Ativo atrás referida, verifica-se que o Passivo também teve uma diminuição de 161 mil euros no seu valor, passando de 3 967 mil euros em 2020 para 3 806 mil euros em 2021. Ainda no que diz

respeito ao Passivo refira-se que o Passivo Corrente mantém um peso significativo e em 2021 representou 80% do Passivo Total.

### ***Demonstração de Resultados***

Ao nível dos resultados líquidos verificou-se uma melhoria significativa nos valores da empresa que passaram de um valor negativo de 1 596 mil euros em 2020 para um valor positivo de quase 36 mil euros em 2021. Esta melhoria ao nível dos Resultados Líquidos ficou a dever-se essencialmente ao aumento do valor dos rendimentos, com destaque especial para as Vendas e Prestações de Serviços que tiveram um aumento de 876 mil euros em 2021 passando de 1 702 mil euros em 2020 para 2 578 mil euros em 2021 e uma diminuição do total dos Gastos com destaque para a anulação da provisão de 147 mil euros que existia em 2020 e uma diminuição de cerca de 508 mil euros no valor dos juros e gastos similares suportados.

#### **2.1.6 – Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CRL**

A Gaia Futuro, CRL - cooperativa de interesse público, foi instituída pelo Município de Vila Nova de Gaia, detentor do capital cooperativo maioritário, e por um conjunto de outras instituições do concelho de Vila Nova de Gaia no dia 6 de março de 2020, sendo antecedida de uma Assembleia de Fundadores realizada a 16 de janeiro de 2020.

O objetivo desta cooperativa é o de promover uma gestão participada pela comunidade e pelas suas instituições representativas, de equipamentos desportivos e culturais, desenvolvendo ou dando continuidade a programas e projetos de interesse público e comunitário.

Durante o ano de 2020, em face da pandemia COVID, o processo normal de instalação da cooperativa e as mais elementares expectativas de funcionamento das componentes de ação previstas nos estatutos foram afetadas diretamente. Esta situação manteve-se em 2021, não se verificando, assim, qualquer atividade e consequentemente o volume de negócios foi zero.

### ***Balanço***

A 31 de dezembro de 2021 o valor do Ativo desta entidade era de 41 mil euros e resultou de uma transferência efetuada pelo Município para cobertura dos prejuízos do ano de 2020. O Passivo manteve o valor do ano anterior pelo que o Capital Próprio tem um valor de aproximadamente 41 mil euros.

### ***Demonstração de Resultados***

Atendendo que a entidade não teve atividade durante o ano de 2021, não há qualquer rendimento ou gasto a registar.

### 2.1.7 – STCP, E.I.M., S.A.

A STCP, E.I.M., S.A., é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, nos termos do artigo 19º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. A empresa rege-se ainda pelo Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 175/2019 de 27 de dezembro, pelos seus estatutos, pelo Regime do Setor Empresarial do Estado (RJAE) e pelo Código das Sociedades Comerciais.

Através do ofício SAI\_DGTF/2021/310 da DGTF, de 26 de janeiro de 2021, foi comunicado à STCP que a transferência das ações representativas do Capital Social da STCP, do Estado Português, para os seis Municípios do Porto ocorreu com a data de 1 de janeiro de 2021.

O Município de Vila Nova de Gaia ficou titular de 2 167 200 ações, num total de 10 836 000,00 euros, que representa 12,04% do capital.

Em 2021 a STCP foi a transportadora convidada a participar na Cimeira Social do Porto, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, como transportadora especial dos delegados dos vários Estados-Membros.

Foram iniciadas as obras de modernização e renovação das instalações da Estação de Recolha da Via Norte, construídas em 1990 e que desde essa data não eram alvo de obras significativas.

Foi lançada uma campanha de sensibilização dos públicos mais jovens para a utilização dos transportes públicos, nomeadamente do autocarro.

Ainda durante o ano de 2021 a STCP com a entrega dos últimos autocarros standard a Gás Natural Comprimido, viu concluída a segunda fase de renovação da sua frota que contou com o cofinanciamento do POSEUR, à semelhança do que tinha já acontecido com a 1ª fase. Deste modo a STCP viu substituído 65% do total das suas viaturas por veículos mais limpos e mais amigos do ambiente. No final de 2021 a frota de autocarros da STCP é composta por 5% de veículos elétricos, 79% a gás Natural e 16% a gasóleo.

As demonstrações financeiras da STCP foram preparadas no quadro das disposições em vigor vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 3 julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho (SNC) e de acordo com a estrutura concetual, norma contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/20215, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

#### **Balanço**

Em 31 de dezembro de 2021 o Ativo apresentava um valor de 182 762 mil euros o que significou um aumento de 34 697 mil relativamente aos 148 065 milhares de euros de 2020. Apesar de se ter verificado um aumento quer ao nível do ativo não corrente quer do corrente o mesmo foi mais significativo ao nível do não corrente tendo atingido uma valorização de 24 133 mil euros, com enfoque mais acentuado ao nível do Ativo Fixo Tangível e dos Créditos a Receber.

No que diz respeito ao Passivo o mesmo também sofreu uma diminuição significativa, 418 127 milhares de euros, passando de um valor de 461 550 mil euros em 2020 para 43 422 mil em 2021. Esta redução deve-se à assunção por parte do Estado dos financiamentos da empresa em resultado da transferência das ações representativas do Capital Social da STCP, do Estado Português, para os seis Municípios do Porto ocorrida em 1 de janeiro de 2021.

O Capital Próprio da empresa a 31 de dezembro de 2021 apresentava um valor positivo de 139 340 mil euros o que significou uma melhoria de 452 852 mil euros comparativamente com o valor negativo de 313 845 mil euros que se verificava em 2020. Esta melhoria resultou da assunção por parte do estado da sua parte nos prejuízos acumulados aquando da transferência da sua posição acionista e ainda do fato de os acionistas terem deliberado diminuir o Capital Social para 90 000 000,00 euros.

### ***Demonstração de Resultados***

No que se refere aos resultados do exercício em 2021, a STCP, atendendo ao quadro legal porque se passa a reger, apresentou pela primeira vez um resultado líquido antes de impostos, nulo. No entanto o resultado antes de impostos, expurgado da transferência financeira ao abrigo de art.º 40º da Lei 50/21012 é negativo em 2 924 mil euros. Este valor negativo decorre do fato de mesmo tendo aumentado a valor dos rendimentos face ao verificado em 2020 o mesmo continua a ser insuficiente para fazer face aos gastos da empresa principalmente no que se refere às rubricas de Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos que no conjunto representam cerca de 78% do total dos Gastos.

## **3. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Destacamos os seguintes aspetos das demonstrações financeiras consolidadas do Município, reportadas a 31/12/2021, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Alterações ao Património Líquido, relativas ao período findo naquela data.

### **Balanço**

O Balanço Consolidado é o documento contabilístico que apresenta a situação patrimonial do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício económico. Decorrente da alteração de normativo contabilístico se ter verificado no ano 2020, a comparabilidade das demonstrações financeiras, neste segundo exercício da aplicação do SNC-AP, já não se encontra condicionada.

Em 2021, o valor do balanço consolidado ascende a 1.099.182.199,67€, conforme resulta do quadro seguinte:

**Quadro 2 – Balanço Consolidado**

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2021	2020
<b>ATIVO</b>		
Ativo não corrente	966 714 535,15	932 772 570,31
Ativo corrente	132 467 664,52	119 453 730,84
<b>Total Ativo</b>	<b>1 099 182 199,67</b>	<b>1 052 226 301,15</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património Líquido		
<b>Total Património Líquido</b>	<b>875 317 554,52</b>	<b>832 838 140,87</b>
<b>PASSIVO</b>		
Passivo não corrente	147 587 146,50	155 572 295,44
Passivo corrente	76 277 498,65	63 815 864,84
<b>Total Passivo</b>	<b>223 864 645,15</b>	<b>219 388 160,28</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>1 099 182 199,67</b>	<b>1 052 226 301,15</b>

Valores: Euros

Do lado do ativo, destaca-se o peso do ativo não corrente, que inclui os bens do Domínio Público, que representa cerca de 88% (966.714.535,15€), do total do ativo. O ativo não corrente apresenta um acréscimo de cerca de 4%, em relação a 2020.

Quanto ao ativo corrente, no valor de 132.467.664,52€ (ou seja, cerca de 12% do ativo), sobressaem os depósitos em instituições financeiras e caixa (cerca de 4% do total do ativo e 33% do ativo corrente), assim como as outras contas a receber (cerca de 6% do total do ativo e 46% do ativo corrente), resultantes, maioritariamente, do cumprimento do princípio da especialização. O ativo corrente teve um acréscimo de 11% face a 2020 em grande parte explicado pelo aumento da Caixa e Depósitos (cerca de 25% em relação a 2020).

No segundo membro do balanço, predomina o montante do Património Líquido, que representa 80% (875.317.554,52€) do valor do Balanço, destacando, com maior expressão dentro deste, Património/Capital, com o valor de 418.814.673,43€, destacando-se ainda o montante de resultado líquido do período que ascende a 15.881.869,43€ (em 2020 o resultado líquido do período foi de 3.251.921,69€).

Quanto ao Passivo (223.864.645,15€), destacam-se os financiamentos obtidos, no montante de 93.546.451,21€ (não corrente) e 21.390.136,13€ (corrente), que registaram uma redução de cerca de 11M€ entre exercícios.

O Passivo Total evidência um ligeiro aumento de 2% face ao ano de 2020, decorrente do aumento do Passivo Corrente. Foram mais 12 milhões de euros para os quais contribuíram os aumentos dos saldos das contas de Fornecedores, Fornecedores de Investimentos e Outras Contas a Pagar.

Verifica-se ainda, do lado do passivo não corrente, o ajustamento no valor das provisões decorrentes da aplicação da NCP15 e dos estados dos processos judiciais em curso, com uma redução de cerca de 3,5 milhões de euros face a 2020, para a qual contribuiu, para além do Município, a empresa Águas de Gaia, EM, S.A.

### Demonstração dos Resultados

O Resultado Líquido consolidado em 2021 (15.881.869,43€) registou um aumento de cerca de 12,6 milhões de euros, como já referido anteriormente.

Verificou-se um decréscimo de cerca de 2,7 milhões de euros nas transferências e subsídios concedidos, face ao ano anterior, justificados pelo atenuar da necessidade de apoio do Município a diversas instituições e munícipes, no combate à situação epidemiológica vivenciada desde 2020.

Aliado a este decréscimo de despesa, encontra-se o aumento de receita, nomeadamente na cobrança de impostos e taxas (cerca de 19 milhões de euros), motivado pelos valores registados pelo Município (mais 17,4 milhões de euros) e pela Gaiurb Urbanismo e Habitação, EEM (mais 1,5 milhões de euros).

**Quadro 3 – Demonstração dos Resultados**

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL	
	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	108 175 400,76	89 232 457,78
Vendas	14 909 582,66	14 679 962,78
Prestações de serviços e concessões	43 217 480,01	43 157 080,87
Transferências e subsídios correntes obtidos	39 424 609,47	37 363 758,82
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	1 127 139,30	-88 248,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-11 936 768,48	-13 021 591,86
Fornecimentos e serviços externos	-71 158 337,35	-67 227 992,86
Gastos com pessoal	-63 359 871,52	-60 829 841,62
Transferências e subsídios concedidos	-20 357 834,81	-17 606 576,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 201 406,19	-978 560,12
Provisões (aumentos/reduções)	2 515 528,39	1 247 585,14
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	2 654,27
Outros rendimentos	20 305 295,80	19 797 225,15
Outros gastos	-9 141 032,02	-8 035 494,96
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>52 519 786,02</b>	<b>37 692 419,26</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-34 461 779,66	-32 054 664,32
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>	<b>18 058 006,36</b>	<b>5 637 754,94</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	46 841,10	152 739,50
Juros e gastos similares suportados	-1 714 831,03	-2 185 547,30
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>16 390 016,43</b>	<b>3 604 947,14</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-504 867,43	-353 150,37
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>15 881 869,43</b>	<b>3 251 921,69</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>3 279,57</b>	<b>-124,92</b>

Valores: Euros

## Fluxos de Caixa Consolidados

O mapa dos Fluxos de Caixa consolidados apresenta os recebimentos e pagamentos de operações orçamentais do Grupo Municipal.

**Quadro 4 – Demonstração de Fluxos de Caixa**

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>40 029 706,64</b>	<b>27 607 467,40</b>
Outros recebimentos/pagamentos	8 224 024,63	4 976 397,72
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>	<b>48 253 731,27</b>	<b>32 583 865,12</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>	<b>-27 412 124,38</b>	<b>-22 690 387,48</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>	<b>-12 158 843,87</b>	<b>-18 676 617,30</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>	<b>8 682 763,02</b>	<b>-8 783 139,66</b>
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	35 353 976,78	44 147 218,25
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	44 037 754,58	35 353 976,78
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	35 353 976,78	44 147 218,25
<b>Saldo da gerência anterior (SGA)</b>	<b>35 353 976,78</b>	<b>44 147 218,25</b>
SGA De execução orçamental	27 562 888,78	37 684 907,93
SGA De operações de tesouraria	7 791 088,00	6 462 310,32
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	44 037 754,58	35 353 976,78
<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>	<b>44 037 754,58</b>	<b>35 353 976,78</b>
SGS De execução orçamental	34 750 002,30	27 562 888,78
SGS De operações de tesouraria	9 287 752,28	7 791 088,00

Valores: Euros

Os fluxos gerados pelas atividades operacionais foram positivos em 48 254 milhares de Euros, o que permitiu compensar o montante dos fluxos das atividades de investimento, negativos em 27 412 milhares de euros.

Quanto ao saldo para a gerência seguinte, apresenta um aumento de cerca de 8 684 milhares de euros em relação ao saldo da gerência anterior.

## Indicadores de Gestão

O Grupo Vila Nova de Gaia tem vindo a aumentar a capacidade financeira global para solver a totalidade dos seus compromissos, no biénio 2020/2021, aumentando o seu grau de independência em relação aos credores, influenciado pelo aumento dos fundos próprios (através da afetação dos sucessivos resultados líquidos positivos).

Os principais indicadores financeiros, relativos ao biénio 2020/2021, resumem-se no quadro seguinte:

**Quadro 5 – Indicadores**

Indicadores	2021	2020
<b>ESTRUTURA DO ATIVO</b>		
Ativo Não Corrente/Ativo Total	87,95%	88,65%
Ativo Corrente/Ativo Total	12,05%	11,35%
Ativo Não Corrente/Ativo Corrente	729,77%	780,87%
<b>ESTRUTURA DO PASSIVO</b>		
Passivo Não Corrente/Passivo Total	65,93%	70,91%
Passivo Corrente/Passivo Total	34,07%	29,09%
Passivo Corrente/Passivo Não Corrente	51,68%	41,02%
<b>ÍNDICES DE LIQUIDEZ</b>		
Disponibilidades/Passivo Corrente	57,73%	55,40%
Ativo Corrente/Passivo Corrente	173,67%	187,19%
<b>ÍNDICES DE SOLVABILIDADE</b>		
Património Líquido/Passivo	391,00%	379,62%
Ativo/Passivo	491,00%	479,62%

A tendência de melhoria da autonomia financeira manteve-se em 2021. Apesar de se ter verificado um aumento do Passivo em 2%, o Património Líquido registou um aumento de 5% no biénio 2020/2021, contribuindo para a melhoria deste rácio em 2021, face ao ano anterior.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram colocadas à disposição do Executivo para apresentação em reunião de Câmara em 20/06/2022.

# Documentos Consolidados

(Demonstrações Financeiras e Orçamentais)

## BALANÇO

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2021	2020
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>	<b>966 714 535,15</b>	<b>932 772 570,31</b>
Ativos fixos tangíveis	890 270 720,92	883 672 285,40
Propriedades de investimento	39 845 597,79	30 296 259,99
Ativos intangíveis	792 739,70	972 113,32
Participações financeiras	35 163 673,07	17 187 024,37
Clientes, contribuintes e utentes	594,84	1 471,00
Diferimentos	24 194,29	
Outros ativos financeiros	34 844,29	27 488,22
Outras contas a receber	582 170,25	615 928,01
<b>Ativo corrente</b>	<b>132 467 664,52</b>	<b>119 453 730,84</b>
Inventários	3 735 605,94	3 845 600,22
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	8 636 172,39	7 721 857,81
Clientes, contribuintes e utentes	14 309 278,31	12 257 586,62
Outras contas a receber	61 410 879,61	59 984 621,00
Diferimentos	337 973,69	290 088,04
Caixa e depósitos	44 037 754,58	35 353 977,15
<b>Total Ativo</b>	<b>1 099 182 199,67</b>	<b>1 052 226 301,15</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património Líquido		
Património/Capital	418 814 673,43	415 327 930,46
Outros instrumentos de capital próprio	39 828,52	0,00
Reservas	18 872 728,58	18 686 886,64
Resultados transitados	243 759 913,97	244 839 180,55
Ajustamentos em ativos financeiros	-21 810 452,34	-519 708,83
Outras variações no património líquido	199 755 713,36	151 252 055,28
Resultado líquido do período	15 881 869,43	3 251 921,69
Interesses Minoritários	3 279,57	-124,92
<b>Total Património Líquido</b>	<b>875 317 554,52</b>	<b>832 838 140,87</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>	<b>147 587 146,50</b>	<b>155 572 295,44</b>
Provisões	13 561 048,41	17 076 593,50
Financiamentos obtidos	93 546 451,21	100 856 703,91
Diferimentos	29 522 379,44	27 602 394,12
Outras contas a pagar	10 957 267,44	10 036 603,91
<b>Passivo corrente</b>	<b>76 277 498,65</b>	<b>63 815 864,84</b>
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	210 236,30	341 880,00
Fornecedores	17 423 668,10	10 697 377,16
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	99 754,93	12 912,40
Estado e outros entes públicos	1 549 688,60	1 572 220,26
Financiamentos obtidos	21 390 136,13	25 246 810,96
Fornecedores de investimentos	6 961 639,82	4 729 165,53
Outras contas a pagar	18 841 293,12	17 204 898,25
Diferimentos	9 801 081,65	4 010 600,28
<b>Total Passivo</b>	<b>223 864 645,15</b>	<b>219 388 160,28</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>1 099 182 199,67</b>	<b>1 052 226 301,15</b>

Valores: Euros

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL	
	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	108 175 400,76	89 232 457,78
Vendas	14 909 582,66	14 679 962,78
Prestações de serviços e concessões	43 217 480,01	43 157 080,87
Transferências e subsídios correntes obtidos	39 424 609,47	37 363 758,82
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	1 127 139,30	-88 248,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-11 936 768,48	-13 021 591,86
Fornecimentos e serviços externos	-71 158 337,35	-67 227 992,86
Gastos com pessoal	-63 359 871,52	-60 829 841,62
Transferências e subsídios concedidos	-20 357 834,81	-17 606 576,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 201 406,19	-978 560,12
Provisões (aumentos/reduções)	2 515 528,39	1 247 585,14
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	2 654,27
Outros rendimentos	20 305 295,80	19 797 225,15
Outros gastos	-9 141 032,02	-8 035 494,96
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>52 519 786,02</b>	<b>37 692 419,26</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-34 461 779,66	-32 054 664,32
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>	<b>18 058 006,36</b>	<b>5 637 754,94</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	46 841,10	152 739,50
Juros e gastos similares suportados	-1 714 831,03	-2 185 547,30
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>16 390 016,43</b>	<b>3 604 947,14</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-504 867,43	-353 150,37
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>15 881 869,43</b>	<b>3 251 921,69</b>
Interesses Minoritários	3 279,57	-124,92

Valores: Euros

## FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	67 221 540,81	63 713 485,19
Recebimentos de contribuintes	91 438 567,15	81 429 487,34
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	37 658 568,01	37 903 177,40
Recebimentos de utentes	6 524 369,77	3 550 076,45
Pagamentos a fornecedores	-80 589 139,89	-83 835 259,64
Pagamentos ao pessoal	-62 165 895,02	-58 340 106,04
Pagamentos a contribuintes / Utes	-80 057,97	-43 445,21
Pagamentos de transferências e subsídios	-19 978 246,22	-16 769 948,09
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>40 029 706,64</b>	<b>27 607 467,40</b>
Outros recebimentos/pagamentos	8 224 024,63	4 976 397,72
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>	<b>48 253 731,27</b>	<b>32 583 865,12</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-42 907 751,07	-26 453 423,30
Pagamentos - Ativos fixos intangíveis	-268 087,84	0,00
Pagamentos - Investimentos financeiros	-78 782,92	-204 489,67
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		0,00
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	4 238 259,25	144 852,79
Recebimentos - Propriedades de Investimento	280 000,00	0,00
Recebimentos - Transferências de capital	11 324 238,20	3 822 672,70
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>	<b>-27 412 124,38</b>	<b>-22 690 387,48</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Recebimentos - Financiamentos obtidos	12 608 769,68	4 000 000,00
Recebimentos - Doações	0,00	3 979,58
Recebimentos - Outras operações de financiamento	512 474,97	424 759,33
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-23 551 139,23	-20 690 679,67
Pagamentos - Juros e gastos similares	-1 728 949,29	-2 414 676,54
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>	<b>-12 158 843,87</b>	<b>-18 676 617,30</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>	<b>8 682 763,02</b>	<b>-8 783 139,66</b>
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	35 353 976,78	44 147 218,25
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	44 037 754,58	35 353 976,78
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	35 353 976,78	44 147 218,25
<b>Saldo da gerência anterior (SGA)</b>	<b>35 353 976,78</b>	<b>44 147 218,25</b>
<b>SGA De execução orçamental</b>	<b>27 562 888,78</b>	<b>37 684 907,93</b>
<b>SGA De operações de tesouraria</b>	<b>7 791 088,00</b>	<b>6 462 310,32</b>
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	44 037 754,58	35 353 976,78
<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>	<b>44 037 754,58</b>	<b>35 353 976,78</b>
<b>SGS De execução orçamental</b>	<b>34 750 002,30</b>	<b>27 562 888,78</b>
<b>SGS De operações de tesouraria</b>	<b>9 287 752,28</b>	<b>7 791 088,00</b>

Valores: Euros

## DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Designação	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO												Interesses que não controlam	Total do património líquido
	Património líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade que controla													
	Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL			
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)</b>	478 780 496,83	0,00	0,00	0,00	21 954 818,40	255 297 679,58	-647 440,04	0,00	182 840 208,52	5 396 823,13	943 622 586,42		943 622 586,42	
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)</b>	-59 965 823,40	0,00	0,00	0,00	-3 116 079,54	-11 799 419,13	-21 163 012,30	0,00	-21 818 164,52	-5 922 430,75	-123 784 929,64	0,00	-123 784 929,64	
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Realização do excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Excedentes de revalorização e respetivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 466 388,10	0,00	-1 466 388,10		-1 466 388,10	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-59 965 823,40	0,00	0,00	0,00	-3 116 079,54	-11 799 419,13	-21 163 012,30	0,00	-20 351 776,42	-5 922 430,75	-122 318 541,54		-122 318 541,54	
Correção de erros materiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3) (a)</b>										18 062 977,19	18 062 977,19		18 062 977,19	
<b>RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)</b>	-59 965 823,40	0,00	0,00	0,00	-3 116 079,54	-11 799 419,13	-21 163 012,30	0,00	-21 818 164,52	12 140 546,44	-105 721 952,45	0,00	-105 721 952,45	
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)</b>	0,00	0,00	39 828,52	0,00	33 989,72	305 907,43	0,00	0,00	38 733 669,36	-1 696 474,48	37 416 920,55	0,00	37 416 920,55	
Subscrições de capital/património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38 778 500,00	0,00	38 778 500,00		38 778 500,00	
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	39 828,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39 828,52		39 828,52	
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	33 989,72	305 907,43	0,00	0,00	-44 830,64	-1 696 474,48	-1 401 407,97		-1 401 407,97	
Subscrições de prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)</b>	418 814 673,43	0,00	39 828,52	0,00	18 872 728,58	243 804 167,88	-21 810 452,34	0,00	199 755 713,36	15 840 895,09	875 317 554,52	0,00	875 317 554,52	

Valores: Euros

(a) O resultado líquido do período inclui os interesses minoritários

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Unidade monetária: Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2021	2020	RUBRICA	PAGAMENTOS	2021	2020
	Saldo de gerência anterior						
	Operações orçamentais [1]	27 562 888,78 €	37 684 907,93 €				
	Restituição do saldo de oper. orçamentais	- €	- €				
	Operações de tesouraria [A]	7 791 088,00 €	6 462 310,32 €				
	<b>Receita corrente</b>				<b>Despesa corrente</b>		
R1	Receita fiscal	86 415 213,54 €	78 455 683,76 €	D1	Despesas com o pessoal	-62 165 895,02 €	-58 340 106,04 €
R11	Imposto diretos	86 415 213,54 €	78 455 683,76 €	D2	Aquisição de bens e serviços	-80 589 139,89 €	-83 835 259,64 €
R12	Imposto indiretos	- €	- €	D3	Juros e outros encargos	-1 728 949,29 €	-2 414 676,54 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	D4	Transferências correntes	-19 978 246,22 €	-16 769 948,09 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	5 023 353,61 €	2 973 803,58 €	D5	Subsídios	0,00 €	0,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	5 870 995,50 €	5 857 280,16 €	D6	Outras despesas correntes	-80 057,97 €	-43 445,21 €
R5	Transferências correntes	37 658 568,01 €	37 903 177,40 €				
R6	Vendas de bens e serviços	67 874 915,08 €	61 406 281,48 €				
R7	Outras receitas correntes	- €	3 979,58 €				
	<b>Receita de capital</b>				<b>Despesa de capital</b>		
R8	Vendas de bens de investimento	4 238 259,25 €	144 852,79 €	D7	Investimento	-42 986 533,99 €	-26 657 912,97 €
R9	Transferências de capital	11 548 470,94 €	6 877 988,71 €	D8	Transferências de capital	-11 548 470,94 €	-6 877 988,71 €
R10	Outras receitas de capital	15 354 953,08 €	8 809 308,22 €	D9	Outras despesas de capital	2 407 438,92 €	-1 157 506,25 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	302 133,49 €	56 994,71 €				
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>234 286 862,50 €</b>	<b>202 489 350,39 €</b>		<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>-216 669 854,40 €</b>	<b>-196 096 843,45 €</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>13 121 244,65 €</b>	<b>4 424 759,33 €</b>		<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>-23 551 139,23 €</b>	<b>-20 939 285,42 €</b>
R12	Receita com ativos financeiros	512 474,97 €	424 759,33 €	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	-248 605,75 €
R13	Receita com passivos financeiros	12 608 769,68 €	4 000 000,00 €	D11	Despesa com passivos financeiros	-23 551 139,23 €	-20 690 679,67 €
	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>274 970 995,93 €</b>	<b>244 599 017,65 €</b>		<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>-240 220 993,63 €</b>	<b>-217 036 128,87 €</b>
	Operações de tesouraria [B]	5 082 532,29 €	4 046 285,50 €		Operações de tesouraria [C]	3 585 868,01 €	2 717 507,82 €
					Saldo para a gerência seguinte		
					Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	34 750 002,30 €	27 562 888,78 €
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]+[C]	9 287 752,28 €	7 791 088,00 €
					<b>SALDO GLOBAL [2]-[5]</b>		
					Despesa primária	-214 940 905,11 €	-193 682 166,91 €
					Saldo corrente	453 800 547,67 €	426 459 325,24 €
					Saldo de capital	83 571 382,77 €	50 582 552,36 €
					Saldo primário	85 300 332,06 €	52 997 228,90 €
					Receita total [1]+[2]+[3]	274 970 995,93 €	244 599 017,65 €
					Despesa total [5]+[6]	-240 220 993,63 €	-217 036 128,87 €

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

				Unidade monetária: Euros			
RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	2021	2020	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	2021	2020
	<b>Receita corrente</b>	<b>75 720 157,92 €</b>	<b>72 242 207,62 €</b>		<b>Despesa corrente</b>	<b>19 283 347,93 €</b>	<b>12 624 389,82 €</b>
R1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal		
R11	Imposto diretos			D2	Aquisição de bens e serviços	17 523 423,03 €	10 710 289,56 €
R12	Imposto indiretos	- €	- €	D3	Juros e outros encargos		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas d	- €	- €	D4	Transferências correntes	210 236,30 €	341 880,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades			D5	Subsídios		
R4	Rendimentos de propriedade			D6	Outras despesas correntes	1 549 688,60 €	1 572 220,26 €
R5	Transferências correntes						
R6	Vendas de bens e serviços	14 309 278,31 €	12 257 586,62 €		<b>Despesa de capital</b>	<b>25 802 932,94 €</b>	<b>21 934 063,78 €</b>
R7	Outras receitas correntes	61 410 879,61 €	59 984 621,00 €	D7	Investimento	6 961 639,82 €	4 729 165,53 €
	<b>Receita de capital</b>	<b>8 636 172,39 €</b>	<b>7 721 857,81 €</b>	D8	Transferências de capital		
R8	Vendas de bens de investimento			D9	Outras despesas de capital	18 841 293,12 €	17 204 898,25 €
R9	Transferências de capital	8 636 172,39 €	7 721 857,81 €				
R10	Outras receitas de capital				<b>Despesa efetiva [4]</b>	<b>45 086 280,87 €</b>	<b>34 558 453,60 €</b>
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos				<b>Despesa não efetiva [5]</b>	<b>21 390 136,13 €</b>	<b>25 246 810,96 €</b>
	<b>Receita efetiva [1]</b>	<b>84 356 330,31 €</b>	<b>79 964 065,43 €</b>	D10	Despesa com ativos financeiros		
	<b>Receita não efetiva [2]</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	D11	Despesa com passivos financeiros	21 390 136,13 €	25 246 810,96 €
R12	Receita com ativos financeiros				<b>Soma [6]=[4]+[5]</b>	<b>66 476 417,00 €</b>	<b>59 805 264,56 €</b>
R13	Receita com passivos financeiros						
	<b>Soma [3]=[1]+[2]</b>	<b>84 356 330,31 €</b>	<b>79 964 065,43 €</b>				

## Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

## Introdução

As presentes demonstrações financeiras e orçamentais são apresentadas de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP e respetivas Normas Contabilísticas Públicas (NCP).

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão conta das informações relevantes para a sua melhor compreensão. As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo que as notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o estipulado no artº 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios estão obrigados a apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Para que a informação a prestar seja coerente, procedeu-se à homogeneização e agregação dos dados, incluindo a eliminação das operações intra perímetro, através da aplicação de regras e métodos previamente definidos.

## Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

### 1) Identificação da Entidade e período de relato (Anexo I)

#### Entidade que controla:

Identificação		
1	Denominação	Município de Vila Nova de Gaia
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	505335018
3	Natureza	Autarquia Local
4	Endereço postal - arruamento	Rua Álvares Cabral
5	Endereço postal - código postal	4400 - 017
6	Telefone	223742400
7	Endereço de correio eletrónico	geral@cm-gaia.pt
8	Sítio da internet	www.cm-gaia.pt
9	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de	Não
Legislação		
1	Regime Financeiro	Lei 73/2013
2	Regime Jurídico	lei 75/2013

No anexo II, encontra-se a estrutura organizacional do Município, nomeadamente o seu organograma.

#### Entidades controladas:

As entidades que integram o perímetro de consolidação, em 31 de dezembro de 2021, assim como os respetivos métodos de consolidação utilizados, são os seguintes:

Entidade	NIPC	Valor subscrito	% MVNG no Capital Social	Consolida	Método
Águas de Gaia EM, S.A.	504763202	53 999 879,79 €	100,00%	Sim	Integral
Gaiurb - Urbanismo e Habitação EEM	506064433	2 268 000,00 €	100,00%	Sim	Integral
Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG	507809661	1 183 770,40 €	82,28%	Sim	Integral
Gaia Douro - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	720009499	6 000 000,00 €	100,00%	Sim	Integral
Gaia Futuro - Cooperativa de Interesse Público, CRL	513567020	45 000,00 €	90,00%	Sim	Integral
Municíпия - Empresa Cartografia e Sistemas Informação EM, S.A.	504475606	154 639,37 €	4,78%	Sim	MEP
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	500246467	10 836 000,00 €	12,04%	Sim	MEP

No concernente à Municíпия – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A. e à STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., o método de consolidação utilizado foi o da equivalência patrimonial dado que a percentagem detida pelo Município é diminuta e não se verifica a existência de controlo. Quanto às restantes entidades do perímetro de consolidação o método utilizado foi o da consolidação integral.

#### Entidades participadas, mas não controladas, excluídas do perímetro de consolidação

Entidade	NIPC	Valor subscrito	% MVNG no Capital Social	Consolida
Simdouro – Saneamento do Grande Porto S.A.	514310103	5 546 450,00 €	24,12%	Não
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos S.A.	503693812	850 000,00 €	25,00%	Não
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504454536	55 200,00 €	36,80%	Não
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	3 664 903,50 €	0,88%	Não
Águas Douro e Paiva, S.A.	503537624	1 136 910,00 €	5,44%	Não
Fundação PortoGaia para Desenvolvimento do Desporto	504521071	4 989,48 €	20,00%	Não
Fundação da Juventude	502263342	24 939,89 €	1,50%	Não
Metro do Porto, S.A.	503278602	5,00 €	0,00%	Não

As entidades constantes do quadro anterior foram excluídas do perímetro de consolidação porque:

- Não existem elementos de poder ou resultado - artº 75, nº 4 al. c) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro;
- Trata-se de empresas participadas nos termos dos artº s. 3º e 51º e seguintes da Lei nº 50/2012, de 31 agosto;
- Não existe presunção de controlo, nos termos vertidos na NCP 22.

#### RECURSOS HUMANOS

No quadro seguinte discrimina-se o número total de colaboradores ao serviço do Grupo em 2021, das entidades consolidadas através do método de consolidação integral:

N.º de Colaboradores	MUNICÍPIO	ÁGUAS DE GAIA, EM S.A.	GAIURB URBANISMO E HABITAÇÃO, EEM	INOVAGAIA	GAIADOURO - FEIF	GAIA FUTURO	TOTAL AGREGADO EM 31/12/2021
Total	2228	370	276	9	0	0	2883

## 2) Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

### a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município. As notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

### b) Valores de Caixa e Depósitos Bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço de Caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2021, apresenta-se no quadro seguinte:

#### *Desagregação de caixa e depósitos*

Conta	TOTAL AGREGADO EM 31/12/2021
Caixa	40 259,06
Depósitos à ordem	0,00
Depósitos bancários à ordem	37 360 554,96
Outros depósitos	0,00
Depósitos a prazo	1 086 652,84
Depósitos consignados	0,00
Depósitos de Garantias e Cauções	5 550 287,72
<b>Total</b>	<b>44 037 754,58</b>

## Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 1) Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base a estrutura e conteúdos definidos no SNC-AP, e são apresentadas em euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base a estrutura e conteúdos definidos na NCP, e são apresentadas em euros. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, requer que o Órgão Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As demonstrações financeiras são igualmente preparadas com base no regime do acréscimo, sendo que os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”. As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a qualquer compensação, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Com base na informação disponível as presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites. As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do grupo. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Há a realçar que as demonstrações financeiras da Inovagaia foram preparadas de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo NCRF-ESNL

### **Ativos fixos Tangíveis**

O Município de Vila Nova de Gaia considera como custo dos ativos fixos tangíveis o seu custo de aquisição. O custo de um bem do ativo fixo tangível compreende o seu preço de compra e os custos suportados inicialmente para a sua aquisição ou construção, e ainda os custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou prestar assistência a esse ativo, desde que estes possibilitem um aumento do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros associado a esse bem. Após reconhecimento inicial, um bem do ativo fixo tangível é registado pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, aplicando-se esta política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis. Não foi efetuado qualquer tipo de revalorização de ativos. Salienta-se ainda que, no caso de bens do ativo fixo tangível doados ao Município, o reconhecimento inicial é efetuado pelo justo valor desse bem, através de avaliação, ou através do valor patrimonial tributário, não consistindo, tal facto, uma revalorização.

## **Imparidade de ativos**

Imparidade é uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização. Num ativo não gerador de caixa a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse ativo para a entidade que o controla. Se se tratar de um ativo gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição nos benefícios económicos futuros ou no potencial de serviço incorporado nesse ativo para a entidade que o controla. No que respeita às imparidades registadas em Ativos Fixos Tangíveis, o Município considera que os ativos utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicáveis.

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado, caso em que procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, o Município reconhece uma perda por imparidade. A quantia recuperável é definida como a mais alta de entre o justo valor do ativo menos os custos de vender e o valor do uso. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada pelo Município quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores. O Município efetua testes de imparidade relativamente aos seus ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contabilístico destes ativos diverge do valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados. Na avaliação dessas circunstâncias, o Município tem em consideração, um conjunto determinado de indicadores internos e indicadores externos, tais como:

- i) Visível dano físico ou a sua obsolescência;
- ii) Alterações no uso do ativo;
- iii) Evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

## **Vida útil e Depreciações**

Na determinação da Vida útil dos bens e respetiva taxa de depreciação, é aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Quanto à vida útil dos ativos intangíveis (nomeadamente, software), é definida pelo tempo esperado da sua utilização. O Município possui Fichas de Cadastro individualizadas e atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo, entre outra informação, a respetiva vida útil e a taxa de depreciação, bem como eventuais alterações patrimoniais e correspondente valor contabilístico. Os terrenos não são depreciados. O método de amortização/depreciação utilizado para os ativos é o método das quotas constantes (ou da linha reta). O cálculo das depreciações/amortizações é efetuado pelo regime duodecimal.

## **Ativos intangíveis**

As entidades consomem frequentemente recursos, ou assumem passivos com a aquisição desenvolvimento, manutenção, ou melhoria de recursos intangíveis tais como conhecimentos científicos ou técnicos, conceção e implementação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual e marcas comerciais. São exemplos comuns de itens abrangidos por estes grupos o software informático, patentes, direitos de autor, filmes, listas de utilizadores de um serviço. Nem todos os itens atrás descritos satisfazem a definição de um ativo intangível e nesse caso, o dispêndio para o adquirir ou gerar internamente é reconhecido como um gasto quando for suportado. Um ativo é tido como identificável se:

a) For separável da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, quer individualmente quer juntamente com um contrato, ativo ou passivo identificável associados, independentemente de a entidade querer fazê-lo ou não;

b) Decorrer de acordos vinculativos, independentemente de esses direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, assim como, o ponto 7 da NCP3. O método de amortização utilizado para imputar a quantia amortizável de um ativo intangível numa base sistemática durante a sua vida útil estimada, é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Compreende, essencialmente, licenças de software e programas de computador. Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos nas linhas da demonstração de resultados por natureza.

## **Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros em associadas ou empreendimentos conjuntos encontram-se contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte do Município nos resultados da participada depois da data da aquisição, assim como de eventuais alterações no respetivo património.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;

b) Participação em processos de decisão de políticas;

c) Transações materiais entre o investidor e a participada;

d) Intercâmbio de pessoal de gestão;

e) Prestação de informação técnica essencial.

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- a) Dinheiro;
- b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- c) Um direito contratual:
  - i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade;
  - ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

#### **Propriedades de Investimento.**

As propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo em que o valor a considerar corresponde ao preço de compra acrescido dos dispêndios diretamente atribuíveis, deduzidos de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas. As propriedades de investimento são desreconhecidas na data da alienação ou quando for permanentemente retirada do uso, e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviços.

#### **Inventários**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. A fórmula de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado. As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo justo valor à data de aquisição. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados «Perdas por imparidade em inventários» e «Reversões de perdas por imparidade em inventários».

#### **Contas a Receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço.

## Ativos de Concessão de Serviços

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando se verifica o controlo de quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Quando se reconhece um ativo de concessão de serviços nas circunstâncias acima descritas, deve reconhecer-se também um passivo. Nos casos em que são disponibilizados ativos já existentes para utilização do concessionário não é reconhecido qualquer passivo, exceto nas circunstâncias em que é proporcionada remuneração adicional pelo concessionário. A natureza do passivo reconhecido baseia-se na natureza da remuneração trocada entre o concedente e o concessionário. A natureza da remuneração dada pelo concedente ao concessionário é determinada por referência aos termos do acordo vinculativo e, quando relevante, a Lei do contrato. Assim, para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como se compensa cada concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, através de qualquer combinação nos termos seguintes:

- a) Efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do “passivo financeiro”), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»;
- b) Compensar o concessionário por outro meio (o modelo da “atribuição de um direito ao concessionário”), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «Rendimentos diferidos».

No caso da combinação de formas de regulação (“modelo misto”), a contabilização segue a divisão do acordo. Nos casos em que o concessionário pague rendas ao Município e que as mesmas tenham uma natureza variável e dependente do rendimento gerado, como por exemplo de consumos, faz com que o mesmo tenha a natureza de revenue sharing, sendo esse rendimento e o correspondente ativo registados pelo montante efetivamente calculado quando conhecidos os recebimentos variáveis a que o Município tem direito, ultrapassado o fator contingente da utilização e podendo ser mensurado com fiabilidade.

Os acordos de concessão de serviços, envolvem os concessionários que proporcionam serviços públicos relacionados com um ativo de concessão de serviços em nome do concedente. O Município reconhece o ativo proporcionado pelo concessionário como um ativo de concessão de serviços pois:

- a) Controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de o prestar e a que preço;
- b) Controla – através da propriedade – interesse no ativo no final do termo do acordo. Atendendo que o Município não tem obrigação de pagar dinheiro ou outro ativo ao concessionário pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do ativo de concessão de serviços, e compensa o concessionário pelo ativo de concessão com o direito de obter rendimento de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços, o modelo adotado é o da atribuição de um direito ao concessionário.

### **Subsídios ao Investimento**

Os subsídios ao investimento são registados, após verificação do cumprimento da respetiva condição (caso exista), em conta apropriada no Património Líquido aquando do seu recebimento, e são transferidos para resultados na proporção das depreciações e amortizações praticadas sobre os bens financiados.

### **Locações**

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

### **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- a) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- b) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- c) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

### **Passivos e Ativos Contingentes**

Os passivos contingentes são definidos como:

- a) Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo;
- b) Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo divulgados no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis.

### **Custos de empréstimos obtidos**

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda sejam concluídas.

### **Rendimentos com e sem contraprestação**

Ao distinguir rendimentos com e sem contraprestação, deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

Políticas Contabilísticas e métodos adotados

Vendas – o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- a) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- b) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- c) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- d) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- e) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de serviços – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Juros – o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

Royalties – O rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

Dividendos – O rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber dividendo.

### **Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

### **Compensação**

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a qualquer compensação, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

### **Continuidade**

Com base na informação disponível as presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

## **2) Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a

acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

### **3) Informações Relativas aos procedimentos de Consolidação**

A apresentação e preparação de Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município, foi efetuada, como anteriormente referido, ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que estabelece os requisitos contabilísticos para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente:

- Procedimentos de Consolidação

a) Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas.

b) Eliminam na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas intragrupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Políticas contabilísticas uniformes:

Se uma entidade do grupo aplicar políticas contabilísticas diferentes das adotadas nas demonstrações financeiras consolidadas para transações e acontecimentos semelhantes em circunstâncias semelhantes, devem ser feitos ajustamentos apropriados às demonstrações financeiras dessa entidade do grupo aquando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de modo a assegurar a conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo Público.

- Mensuração:

Uma entidade inclui os rendimentos e os gastos de uma entidade controlada nas suas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que obtém controlo e até à data em que deixa de controlar a entidade. Os rendimentos e gastos da entidade controlada baseiam-se nas quantias dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas na data da aquisição.

Os métodos de consolidação adotados foram:

- O de consolidação integral, que consiste na integração dos elementos do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa e da Demonstração de Alterações no Património Líquido, das entidades consolidadas, nas componentes das demonstrações financeiras da entidade consolidante, após as correções devidas;
- O de equivalência patrimonial que consta na substituição no balanço, da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

- Controlo:

Nos termos da NCP 22, uma entidade, independentemente da natureza do envolvimento com outra entidade, deve avaliar se é uma entidade que controla através da verificação da existência de controlo sobre outra entidade. Uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade. Uma entidade controla outra entidade se, e apenas se tiver cumulativamente:

- Poder sobre outra entidade, ou seja, quando detém direitos que lhe conferem num determinado momento a capacidade para orientar as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento com a outra entidade. O direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de outra entidade constitui uma indicação de que a entidade tem a capacidade para orientar as atividades relevantes de outra entidade.

O poder deriva de direitos. Em alguns casos a avaliação do poder é imediata, como sucede quando o poder sobre outra entidade é obtido diretamente, e exclusivamente, a partir dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio, como ações ou quotas, em que o mesmo decorre dos direitos de voto conferidos pelas participações financeiras. O poder pode ser obtido a partir de direitos que não o direito de voto, podendo resultar de acordos vinculativos.

A existência de direitos sobre outra entidade não confere a qualificação como poder. Uma entidade não tem poder sobre outra somente pela existência de: (a) Poder regulador; ou (b) Dependência económica.

- Exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade;
- A capacidade de exercer o seu poder sobre a outra entidade de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade.

A existência de controlo por parte do Município é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram efetuados, de acordo com os procedimentos de consolidação atrás referidos, entre outros, os seguintes ajustamentos:

- Na consolidação integral foram efetuadas as correções devidas aos documentos por forma a eliminar as participações financeiras, as transações recíprocas e os saldos entre as diversas entidades consolidadas;
- A Águas de Gaia, EM S.A apresenta no seu balanço, em Ativos Fixos Intangíveis (propriedade industrial), o valor de 17.211.870,20€ referente à aquisição da posição contratual relativa à gestão e exploração do sistema municipal de resíduos sólidos urbanos. Como este ativo resulta de uma operação realizada com o Município, que é a entidade consolidante, procedeu-se à anulação deste valor do ativo por contrapartida de resultados transitados.
- Em 2015 procedeu-se à inclusão do FEIF – Gaia Douro na consolidação integral, conseqüentemente, tratando-se de uma entidade de investimento, os investimentos do FEIF (entidade de investimento controlada) são contabilizados ao justo valor através dos resultados de acordo com a NCP 18, e os

restantes ativos, passivos, rendimentos e gastos são contabilizados de acordo com os parágrafos 21 a 38 da NCP 22;

- Procedeu-se à anulação dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Município às diversas entidades consolidadas, de acordo com a seguinte especificação:

CONTA	ÁGUAS DE GAIA	GAIURB	INOVAGAIA	TOTAL
59.3 ( D )	0,00	7 759 335,61	326 828,08	8 086 163,69
78.8 ( D )	0,00	95 785,16	8 170,70	103 955,86
56 ( C )	0,00	7 855 120,77	334 998,78	8 190 119,55

- O Município detém 82,28 % do capital social da Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia, pelo que se considerou o resultado líquido da associação naquela % e o valor restante foi imputado a interesses minoritários e apresentado isoladamente.

### Informações sobre Dívida Bruta:

Descrição	Participação Município (%)	Contribuição para a Dívida Bruta Municipal
Águas de Gaia E.M., S.A.	100,00	0,00
Gaiaurb – Urbanismo e Habitação E.M., S.A.	100,00	0,00
Inova.Gaia – Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG	82,28	154 939,03
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gaia Douro	100,00	4 840 514,41
Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CRL	90,00	0,00
Município - Emp.Cartografia e Sist.Inform. E.M., S.A.	4,78	0,00
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	12,04	0,00
<b>TOTAL DE DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA</b>		<b>4 995 453,44</b>

Valores: Euros

### Informações sobre Saldos e Fluxos Financeiros

#### Entre Entidades do Grupo

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / ÁGUAS DE GAIA, E.M., S.A									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	6 191 513,05	0,00	6 191 513,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	56 917,16	1 188 834,36	49 720,95	1 133 017,98	63 012,59	0,00	25 644,60	0,00	25 644,60	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>56 917,16</b>	<b>7 380 347,41</b>	<b>49 720,95</b>	<b>7 324 531,03</b>	<b>63 012,59</b>	<b>0,00</b>	<b>25 644,60</b>	<b>0,00</b>	<b>25 644,60</b>	<b>0,00</b>

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / GAUIRB, EM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	3 240 000,00	0,00	3 240 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	107 932,50	675 914,73	0,00	109 012,64	674 834,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	382 442,77	794 417,84	0,00	650 443,04	526 417,57	217 971,14	3 785 911,38	0,00	3 345 986,03	657 896,49
<b>TOTAL</b>	<b>490 375,27</b>	<b>4 710 332,57</b>	<b>0,00</b>	<b>3 999 455,68</b>	<b>1 201 252,16</b>	<b>217 971,14</b>	<b>3 785 911,38</b>	<b>0,00</b>	<b>3 345 986,03</b>	<b>657 896,49</b>

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / INOVAGAIA									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 954,57	0,00	0,00	0,00	62 954,57
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>200 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>62 954,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>62 954,57</b>

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / FEIIF GAIADOURO									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	1 964 976,45	0,00	1 964 976,45	0,00	0,00	507,00	0,00	507,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1 964 976,45</b>	<b>0,00</b>	<b>1 964 976,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>507,00</b>	<b>0,00</b>	<b>507,00</b>	<b>0,00</b>

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / GAIA FUTURO									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	39 828,52	0,00	39 828,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>39 828,52</b>	<b>0,00</b>	<b>39 828,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

TIPO DE FLUXOS	ÁGUAS DE GAIA, E.M.S.A / GAIURB, EM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 227,91	41 285,26	0,00	46 858,32	5 654,85
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11 227,91</b>	<b>41 285,26</b>	<b>0,00</b>	<b>46 858,32</b>	<b>5 654,85</b>

### Nota 3 - Ativos intangíveis

As entidades consomem frequentemente recursos, ou assumem passivos com a aquisição desenvolvimento, manutenção, ou melhoria de recursos intangíveis tais como conhecimentos científicos ou técnicos, conceção e implementação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual e marcas comerciais. São exemplos comuns de itens abrangidos por estes grupos o *software* informático, patentes, direitos de autor, filmes, listas de utilizadores de um serviço.

Nem todos os itens atrás descritos satisfazem a definição de um ativo intangível e nesse caso, o dispêndio para o adquirir ou gerar internamente é reconhecido como um gasto quando for suportado.

Um ativo é tido como identificável se:

- For separável da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, quer individualmente quer juntamente com um contrato, ativo ou passivo identificável associados, independentemente de a entidade querer fazê-lo ou não;

- b) Decorrer de acordos vinculativos, independentemente de esses direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

A Águas de Gaia relevou como Ativo Intangível o valor que resultou da posição contratual relativa à gestão e exploração do sistema municipal de resíduos urbanos.

### Métodos de amortização

O método de amortização utilizado para imputar a quantia amortizável de um ativo intangível numa base sistemática durante a sua vida útil estimada, é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

No caso da Gaiurb as amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas mínimas, em conformidade com o DR 25/2009 de 14 de setembro.

### Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis do grupo, bem como respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

#### ***Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas***

RUBRICAS (1)	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO							
	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	348 578,63	348 578,63	0,00	0,00	348 578,63	348 578,63	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	1 522 417,44	550 304,12	0,00	972 113,32	2 529 173,37	1 736 433,67	0,00	792 739,70
Outros	1 634,89	1 634,89	0,00	0,00	1 634,89	1 634,89	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1 872 630,96 €</b>	<b>900 517,64 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>972 113,32 €</b>	<b>2 879 386,89 €</b>	<b>2 086 647,19 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>792 739,70 €</b>

### Quantia escriturada e variações do período

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis e as respetivas amortizações do período detalham-se no quadro que se apresenta:

#### ***Quantia escriturada e variações do período***

RUBRICAS	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO								Quantia Escriturada Final
	Quantia Escriturada Inicial	Variações							
	Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programas de computador e sistemas de informação	-16 814 036,76	1 041 445,71	0,00	0,00	0,00	-611 849,67	-34 689,78	-16 419 130,50	
Propriedade industrial e intelectual	17 786 150,08	0,00	0,00	0,00	0,00	-574 279,88	0,00	17 211 870,20	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>972 113,32</b>	<b>1 041 445,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 186 129,55</b>	<b>-34 689,78</b>	<b>792 739,70</b>	

#### Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Os acordos de concessão de serviços aqui indicados, envolvem os concessionários que proporcionam serviços públicos relacionados com um ativo de concessão de serviços em nome do concedente (Município – as restantes entidades consolidadas não apresentaram dados referentes a acordos de concessão de serviços).

O Município reconhece o ativo proporcionado pelo concessionário como um ativo de concessão de serviços pois:

- a) Controla quais os serviços que o concessionário tem que prestar com o ativo, a quem tem de o prestar e a que preço;
- b) Controla – através da propriedade – interesse no ativo no final do termo do acordo.

Atendendo que o Município não tem obrigação de pagar dinheiro ou outro ativo ao concessionário pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do ativo de concessão de serviços, e compensa o concessionário pelo ativo de concessão com o direito de obter rendimento de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços, o modelo adotado é o da atribuição de um direito ao concessionário.

Desta forma, considerando os termos dos contratos de concessão, estamos perante o modelo de compensação por “atribuição de um direito ao concessionário”, o que obriga ao reconhecimento dos ativos no balanço (numa classe independente de ativos fixos tangíveis) por contrapartida de um crédito na conta "2824 - Acordos de concessão de serviços" que será anualmente especializada para a conta 7205 - Concessões.

Esta especialização do proveito, é efetuada na proporção das depreciações dos ativos de concessão de serviços.

#### *Acordos de concessão de serviços*

TOTAL AGREGADO							
Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão distribuição Energia Elétrica em Baixa Tensão (BT) (*)	EDP/E-Redes	Infraestruturas de BT	20 anos	–	0,00	0,00	0,00
Exploração de lugares de estacionamento pago na via pública	Parquegil	Parcometros	20 anos	–	0,00	0,00	0,00
Construção e Exploração de Teleférico e Exploração de lugares de estacionamento pago na via pública	Telef	Parcometros e teleférico	20 anos	–	0,00	0,00	0,00

(\*) Contrato terminou em 31/12/2021 tendo sido renovado por força do Artº 285º do Decreto-Lei nº 15/2022, de 14 de janeiro

Os ativos de concessão inerentes aos acordos com a Telef e Parquegil foram registados pelo justo valor. No que concerne aos ativos de concessão da EDP, estes encontram-se refletidos em conformidade com o mapa de ativos intangíveis da entidade pelo seu valor líquido.

## Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis, são bens com substância física que:

- São detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros ou para fins administrativos;
- Se espera sejam usados para mais de um período de relato.

Estes ativos tangíveis estão agrupados em classes com idêntica natureza ou função similar nas operações da entidade e são evidenciados como um único ativo para efeitos de divulgação nas demonstrações financeiras.

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, sendo este o somatório de todos os custos incorridos pelo bem até que este esteja no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelos órgãos de gestão.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidades acumuladas foi a seguinte:

### a) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

#### *Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas*

RUBRICAS	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO							
	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	204 805 423,44	0,00	0,00	204 805 423,44	206 117 314,79	0,00	0,00	206 117 314,79
Edifícios e outras construções	7 903 414,23	3 666 410,15	0,00	4 237 004,08	12 549 696,71	4 263 582,79	0,00	8 286 113,92
Infraestruturas	281 452 684,39	89 952 650,52	0,00	191 500 033,87	286 642 075,72	105 420 647,87	0,00	181 221 427,85
Património histórico, artístico e cultural	2 865 114,43	3 098,26	0,00	2 862 016,17	2 886 779,16	3 098,26	0,00	2 883 680,90
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	497 026 636,49	93 622 158,93	0,00	403 404 477,56	508 195 866,38	109 687 328,92	0,00	398 508 537,46
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	25 585 020,00	4 454 130,88	0,00	21 130 889,12	30 754 390,97	5 733 381,76	0,00	25 021 009,21
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	25 585 020,00	4 454 130,88	0,00	21 130 889,12	30 754 390,97	5 733 381,76	0,00	25 021 009,21
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	76 815 121,04	0,00	0,00	76 815 121,04	78 727 626,45	0,00	0,00	78 727 626,45
Edifícios e outras construções	565 988 019,34	233 834 938,24	0,00	332 153 081,10	574 429 595,92	245 761 866,12	0,00	328 667 729,80
Equipamento básico	23 630 413,72	18 549 028,24	0,00	5 081 385,48	23 905 480,28	17 923 643,62	0,00	5 981 836,66
Equipamento de transporte	11 907 775,03	9 493 990,23	0,00	2 413 784,80	11 562 424,09	9 632 403,04	0,00	1 930 021,05
Equipamento administrativo	14 469 075,72	12 064 358,86	0,00	2 404 716,86	14 966 168,69	12 767 147,20	0,00	2 199 021,49
Equipamentos biológicos	885,54	547,14	0,00	338,40	1 154,74	662,65	0,00	492,09
Outros	7 660 700,08	4 526 517,93	0,00	3 134 182,15	8 025 886,20	4 831 517,23	0,00	3 194 368,97
Ativos fixos tangíveis em curso	37 134 308,89	0,00	0,00	37 134 308,89	46 040 077,74	0,00	0,00	46 040 077,74
	737 606 299,36	278 469 380,64	0,00	459 136 918,72	757 658 414,11	290 917 239,86	0,00	466 741 174,25
<b>TOTAL</b>	<b>1 260 217 955,85</b>	<b>376 545 670,45</b>	<b>0,00</b>	<b>883 672 285,40</b>	<b>1 296 608 671,46</b>	<b>406 337 950,54</b>	<b>0,00</b>	<b>890 270 720,92</b>

**b) Ativos fixos tangíveis – quantias escrituradas e variações do período**

*Quantia escriturada e variações do período*

RUBRICAS	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO								
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por	Perdas por imparidade	Variação das depreciações acumuladas	Diminuições	Quantia Escriturada Final
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>403 404 477,56</b>	<b>3 602 824,38</b>	<b>9 775 953,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-16 065 169,99</b>	<b>-2 209 548,22</b>	<b>398 508 537,46</b>
Terrenos e recursos naturais	204 805 423,44	3 471 900,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 160 009,53	206 117 314,79
Edifícios e outras construções	4 237 004,08	22 000,00	4 624 282,48	0,00	0,00	0,00	-597 172,64	0,00	8 286 113,92
Infraestruturas	191 500 033,87	84 170,08	5 151 671,25	0,00	0,00	0,00	-15 467 997,35	-46 450,00	181 221 427,85
Património histórico, artístico e cultural	2 862 016,17	24 753,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 088,69	2 883 680,90
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>21 130 889,12</b>	<b>5 169 370,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 279 250,88</b>	<b>0,00</b>	<b>25 021 009,21</b>
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	21 130 889,12	5 169 370,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 279 250,88	0,00	25 021 009,21
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>467 977 757,31</b>	<b>54 663 397,90</b>	<b>-11 222 345,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-20 393 424,64</b>	<b>-24 284 211,25</b>	<b>466 741 174,25</b>
Terrenos e recursos naturais	76 815 121,04	4 770 224,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 857 718,80	78 727 626,45
Edifícios e outras construções	334 543 832,92	844 959,28	17 589 715,97	0,00	0,00	0,00	-14 317 679,70	-9 993 098,67	328 667 729,80
Equipamento básico	5 839 951,81	2 235 236,47	59 868,00	0,00	0,00	0,00	-133 181,71	-2 020 037,91	5 981 836,66
Equipamento de transporte	2 837 655,00	1 097 208,84	0,00	0,00	0,00	0,00	-562 283,01	-1 442 559,78	1 930 021,05
Equipamento administrativo	6 121 858,43	749 590,57	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 419 929,91	-252 497,60	2 199 021,49
Equipamentos biológicos	338,40	269,20	0,00	0,00	0,00	0,00	-115,51	0,00	492,09
Outros	3 789 417,65	423 356,55	0,00	0,00	0,00	0,00	-960 234,80	-884 966,11	2 367 573,29
Ativos fixos tangíveis em curso	38 029 582,06	44 542 552,78	-28 871 929,04	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 833 332,38	46 866 873,42
<b>TOTAL</b>	<b>892 513 123,99</b>	<b>63 435 593,25</b>	<b>-1 446 391,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-37 737 845,51</b>	<b>-36 493 759,47</b>	<b>890 270 720,92</b>

**Nota 6 – Locações**

Enquadram-se em Locações todos os acordos que transfiram o direito de uso de ativos, ainda que esses acordos contemplem a prestação, pelo locador, de serviços substanciais relacionados com a operação ou manutenção de tais ativos. Não se enquadram neste item acordos que sejam contratos de prestação de serviços que não transfiram o direito de uso de ativos de uma parte contraente para a outra. As locações poderão ser financeiras ou operacionais.

São classificadas como financeiras as locações em que são transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade e operacionais quando não se verifica a transferência substancial desses riscos e vantagens. Assim a classificação de uma locação em financeira ou operacional depende da substância da transação e não da forma de contrato.

A classificação da locação ocorre no início do contrato. Se por algum motivo o locador e locatário durante o período de vigência do contrato concordarem alterar as cláusulas da locação da qual resulte uma classificação diferente, o acordo revisto passa a ser um novo acordo durante o seu prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, os contratos de locação operacional/financeira são os seguintes:

### Loações operacionais – locador

Bens Locados	Valor do contrato	TOTAL AGREGADO								
		Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado (Anterior)		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes							
Aluguer operacional de automóveis ligeiros pelo período de 48 meses para 10 viaturas (Lease Plan Portugal, Lda)	149 602,44	30 742,78	0,00	32 858,76	0,00	63 500,86	22 500,04	0,00	149 602,44	86 000,90
Aluguer operacional de automóveis ligeiros pelo período de 60 meses para 99 viaturas (Lease Plan Portugal, Lda)	2 022 337,54	370 190,30	0,00	1 015 103,99	0,00	602 861,29	34 181,96	0,00	2 022 337,54	637 043,25
Locação operacional de equipamentos e serviços no âmbito da atividade de cópia, impressão, digitalização e fax, incluindo software, pelo prazo de 60 meses (Canon Portugal, S.A.)	439 725,00	61 488,64	0,00	377 185,12	0,00	1 051,24	0,00	0,00	439 725,00	1 051,24
Aluguer operacional de oito (8) veículos automóveis ligeiros de passageiros pelo período de 48 meses (Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.)	309 393,05	0,00	0,00	0,00	0,00	77 348,26	206 262,03	0,00	283 610,29	283 610,29
Locação operacional de equipamentos e serviços no âmbito da atividade de cópia, impressão, digitalização e fax, incluindo software, para os edifícios do Município de Vila Nova de Gaia, pelo prazo de 5 meses (Canon Portugal, S.A.)	55 350,00	21 199,01	0,00	0,00	0,00	34 150,99	0,00	0,00	55 350,00	34 150,99
Locação operacional de equipamentos e serviços no âmbito da atividade de cópia, impressão, digitalização e fax, incluindo software, para os edifícios municipais e escolas do Município de Vila Nova de Gaia, pelo prazo de 60 meses (Canon Portugal, S.A.)	1 242 917,21	0,00	0,00	0,00	0,00	268 879,84	974 037,37	0,00	1 242 917,21	1 242 917,21
<b>Total</b>	<b>4 219 325,24 €</b>	<b>483 620,73 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 425 147,87 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 047 792,48 €</b>	<b>1 236 981,40 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>4 193 542,48 €</b>	<b>2 284 773,88 €</b>

### Loações Financeiras – locador

Rubricas	Quantia Escriturada Líquida (1)	TOTAL AGREGADO									
		Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas Contingentes registadas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
Capital	Juro	Capital	Juro								
42.2.1	8 996 627,07 €	371 615,03 €	98 225,95 €	1 533 454,62 €	539 590,36 €	512 314,08 €	2 051 985,32 €	4 292 519,32 €	6 856 818,72 €	3 959 641,96 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>8 996 627,07 €</b>	<b>371 615,03 €</b>	<b>98 225,95 €</b>	<b>1 533 454,62 €</b>	<b>539 590,36 €</b>	<b>512 314,08 €</b>	<b>2 051 985,32 €</b>	<b>4 292 519,32 €</b>	<b>6 856 818,72 €</b>	<b>3 959 641,96 €</b>	<b>0,00 €</b>

Em 31 de dezembro a Águas de Gaia não possuía qualquer bem em locação financeira e os contratos que a Gaiurb possuía tiveram o seu término em 2020.

## Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Custos de empréstimos obtidos são juros e outros gastos suportados relativos a empréstimos obtidos. Estes podem incluir:

- Juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos;
- Amortizações de descontos ou prémios relativos a empréstimos obtidos;
- Amortização de custos acessórios suportados com a obtenção de empréstimos;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbios relativas a empréstimos em moeda estrangeira na medida em que sejam consideradas como um ajustamento do custo dos juros.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

A Águas de Gaia reconhece os custos com os juros e outros incorridos com empréstimos de acordo com NCRF nº 27.

Na Gaiurb os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos do período de acordo com o regime de acréscimo.

O Capital em Dívida, consolidado, no final do exercício económico de 2021 (excluindo Locações Financeiras), ascende a 109.076.430,51€. Acresce o montante de 25.885.012,25€ de empréstimos contratados e não utilizados, conforme se verifica no quadro seguinte:

#### Empréstimos – Amortizações previstas

TOTAL AGREGADO		
Total do Capital em dívida a 01/01/2022		109 076 430,51 €
Novos empréstimos contratados a utilizar *		25 885 012,25 €
<b>VALOR TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS</b>		<b>134 961 442,76 €</b>
ANO	Amortização total do ano	Valor remanescente após amortização
2022	17 322 086,53 €	117 639 356,23
2023	16 915 693,63 €	100 723 662,60 €
2024	14 108 021,64 €	86 615 640,96 €
2025	13 573 671,93 €	73 041 969,03 €
2026	13 504 806,96 €	59 537 162,07 €
2027	12 373 399,61 €	47 163 762,46 €
2028	10 800 255,11 €	36 363 507,35 €
2029	10 679 875,48 €	25 683 631,87 €
2030	11 030 602,70 €	14 653 029,17 €
2031	3 308 367,24 €	11 344 661,93 €
2032	3 277 472,31 €	8 067 189,62 €
2033	1 688 179,64 €	6 379 009,99 €
2034	1 689 455,90 €	4 689 554,09 €
2035	1 613 068,00 €	3 076 486,09 €
2036	756 940,80 €	2 319 545,28 €
2037	584 493,37 €	1 735 051,91 €
2038	585 792,04 €	1 149 259,87 €
2039	587 096,35 €	562 163,52 €
2040	562 163,52 €	0,00 €

## Nota 8 - Propriedades de investimento

Propriedade de investimento é um terreno ou edifício ou parte de um edifício, ou ambos, detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital ou ambas e que não seja para:

- Usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos;
- Vender no decurso normal das operações.

Uma propriedade de investimento deve ser reconhecida como um ativo quando, e apenas quando:

- For provável que fluirão benefícios económicos futuros;
- O custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade

As propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo em que o valor a considerar corresponde ao preço de compra acrescido dos dispêndios diretamente atribuíveis, deduzidos de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas. Caso resulte de uma transação sem contraprestação, o custo é o justo valor à data de aquisição.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito, são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito.

Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de «Propriedades de investimento».

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento, consolidada, no início e no final do ano.

#### ***Variações: modelo do custo***

RUBRICAS	TOTAL AGREGADO								
	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
	Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições		
Bens de Domínio Público	467 068,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 794,60	0,00	465 274,16
Terrenos e Recursos Naturais	13 654 470,19	2 610 740,20	0,00	71 492,00	-30 483,00	0,00	0,00	-422 125,00	15 884 094,39
Edifícios e Outras Construções	16 174 720,54	11 036 110,98	0,00	396 148,00	-123 140,50	0,00	-715 409,78	-3 272 200,00	23 496 229,24
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>30 296 259,49</b>	<b>13 646 851,18</b>	<b>0,00</b>	<b>467 640,00</b>	<b>-153 623,50</b>	<b>0,00</b>	<b>-717 204,38</b>	<b>-3 694 325,00</b>	<b>39 845 597,79</b>

## **Nota 9 – Imparidade de ativos**

Imparidade é uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização.

Num ativo não gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse ativo para a entidade que o controla. Num ativo gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição nos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporado nesse ativo para a entidade que o controla.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade quando a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados por natureza na rubrica de «Perdas por Imparidade».

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados por natureza, na rubrica de «Reversões de perdas por imparidade» e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada

Os movimentos ocorridos no período nas imparidades de ativos constam do quadro seguinte:

### **Imparidades**

Ativo	TOTAL AGREGADO					
	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor do Uso
Contas a receber e a pagar - cobrança duvidosa	Gerador de Caixa	5 477 521,10	5 452 214,00	25 307,10		Fluxos de Caixa
Contas a receber - Outros devedores	Gerador de Caixa	194 304,55	116 310,03	77 994,52		Fluxos de Caixa
Participações Financeira		0,00	0,00	0,00		
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	0,00	0,00		
Investimentos noutras empresas - empréstimos concedidos		25 266,25	25 266,25	0,00		

### **Nota 10 – Inventários**

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda ou relacionados com a prestação de serviços, nomeadamente as mercadorias detidas para venda ou distribuição no decurso normal das operações, os materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços, gratuitamente ou por valor simbólico ou ainda os adquiridos para aplicar no processo produtivo.

O custo inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

No Município o custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2020 – custo médio ponderado. Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

Na empresa Águas de Gaia, é utilizado o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº1 do art.º 12º do Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de julho.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta (consolidada) de inventários e os movimentos do período.

### **Inventários**

Ativo	TOTAL AGREGADO		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	1 309 254,11	0,00	1 309 254,11
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2 426 351,83	0,00	2 426 351,83
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 735 605,94</b>	<b>0,00</b>	<b>3 735 605,94</b>

### Inventários: movimentos do período

Rubrica	TOTAL AGREGADO								Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período						Outros aumentos de Inventários	
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)	
Mercadorias	1 311 157,21	8 014 062,39	8 015 902,05	0,00	0,00	0,00	63,44	0,00	1 309 254,11
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2 534 443,01	3 839 762,03	3 920 856,43	0,00	0,00	0,00	41 626,03	14 639,25	2 426 351,83
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3 845 600,22</b>	<b>11 853 824,42</b>	<b>11 936 768,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>41 689,47</b>	<b>14 639,25</b>	<b>3 735 605,94</b>

### Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Embora os rendimentos recebidos pelo município provenham tanto de transações com contraprestação como transações sem contraprestação, a maior parte do rendimento é tipicamente proveniente de transações sem contraprestação. Entre ela poderemos destacar:

- Impostos - Benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas;
- Transferências (sejam de caixa ou não) incluindo transferências financeiras (correntes e de capitais), subsídios, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações, e bens em espécie.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica «Subsídios à exploração» da Demonstração dos Resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de «Diferimentos», sendo registados como rendimento do período (rubrica «Transferências e subsídios correntes obtidos»), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica «Imputação de subsídios» e «Transferências para investimentos») numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Na Inovagaia, os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos no balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são imputados à demonstração dos resultados de cada período proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

A Águas de Gaia reconhece os subsídios ao investimento, relacionados com ativos fixos tangíveis nos capitais próprios sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados numa bases sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

## **Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Acontecimento que cria obrigações é um acontecimento que cria uma obrigação legal ou construtiva que resulta no facto de uma entidade não ter qualquer alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Entre estas obrigações temos as provisões, os passivos contingentes e os ativos contingentes.

Provisão é um passivo de momento ou quantia incerta.

Quando não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

Na Águas de Gaia, o reconhecimento ou não das provisões pressupõe um julgamento considerável por parte dos órgãos de gestão da empresa. As provisões são constituídas quando a empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Os ativos contingentes são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Os passivos contingentes são passivos que, resultando de um acontecimento passado e cujo montante da obrigação pode ser mensurado com fiabilidade, depende da verificação, no futuro, de um acontecimento possível, mas não provável. Nesse sentido, estes passivos são apenas divulgados nas notas anexas, não sendo registados na contabilidade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

## Provisões

RUBRICAS	TOTAL AGREGADO									
	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	9 586 980,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1 363 545,09	1 869 000,00	0,00	3 232 545,09	6 354 435,64
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	7 489 612,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283 000,00	0,00	283 000,00	7 206 612,77
<b>Total</b>	<b>17 076 593,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 363 545,09</b>	<b>2 152 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 515 545,09</b>	<b>13 561 048,41</b>

## Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é reconhecido, apenas se os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio forem reconhecidos pelo grupo consolidado, quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

### Outros Investimentos Financeiros – Movimentos do período

Designação da Entidade	TOTAL AGREGADO				
	Fração do capital detido à data do relato	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Simdouro – Saneamento do Grande Porto S.A.	5 546 450,00 €	7 714 767,05 €	170 680,84 €	0,24 €	7 885 447,65 €
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos S.A.	850 000,00 €	4 307 818,75 €	0,00 €	0,00 €	4 307 818,75 €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	55 200,00 €	129 540,71 €	15 461,97 €	0,00 €	145 002,68 €
Municipia - Emp.Cartografia e Sist.Inform. E.M., S.A.	154 639,37 €	151 215,01 €	78 150,54 €	0,00 €	229 365,55 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	3 664 903,50 €	3 664 903,50 €	0,00 €	0,00 €	3 664 903,50 €
Águas Douro e Paiva, S.A.	1 136 910,00 €	1 136 910,00 €	0,00 €	0,00 €	1 136 910,00 €
Fundação PortoGaia para Desenvolvimento do Desporto	4 989,48 €	4 989,48 €	0,00 €	0,00 €	4 989,48 €
Fundação da Juventude	24 939,89 €	24 939,89 €	0,00 €	0,00 €	24 939,89 €
Metro do Porto, S.A.	5,00 €	5,00 €	0,00 €	0,00 €	5,00 €
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.		0,00 €	38 788 553,30 €	22 012 062,79 €	16 776 490,51 €
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde, CRL	25 000,00 €	25 000,00 €	0,00 €	0,00 €	25 000,00 €
Segurança Social - Fundo de Compensação do Trabalho	36 128,99 €	25 995,15 €	10 205,23 €	71,39 €	36 128,99 €

### Outros Passivos financeiros - cauções

Rubricas	TOTAL AGREGADO
	Quantia Escriturada Final
Cauções Recebidas de Terceiros - Exigível até 12 meses	3 904 627,30 €
Cauções Recebidas de Terceiros - Exigível mais de 12 meses	5 261 019,04 €
<b>Total</b>	<b>9 165 646,34 €</b>

## Nota 23 – Outras divulgações

Outras informações consideradas relevantes para a melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

### ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

Rubricas	TOTAL AGREGADO
	2021
Imposto sobre o rendimento	-283 227,46 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	287 713,29 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	93 498,42 €
Outros impostos	2 085,00 €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	532 607,35 €
Tributos das autarquias locais	0,00 €
Outras tributações	16 388,50 €
<b>Total</b>	<b>649 065,10 €</b>

### GASTOS COM PESSOAL

Em 2021, a rubrica de Gastos com pessoal tinha a seguinte composição:

Rubricas	TOTAL AGREGADO
	2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	884 374,31 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	231 987,44 €
Remunerações do pessoal	46 889 718,11 €
Benefícios pós-emprego	2 729,98 €
Indemnizações	99 002,47 €
Encargos sobre remunerações	10 796 846,70 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	679 500,01 €
Gastos de ação social	1 458 876,70 €
Outros gastos com o pessoal	1 966 538,45 €
Outros encargos sociais	350 297,35 €
<b>Total</b>	<b>63 359 871,52 €</b>

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 2021, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte composição:

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO
	2021
Subcontratos e parcerias	6 095 838,40 €
Serviços especializados	45 504 873,35 €
Materiais de consumo	1 202 460,83 €
Energia e fluidos	6 945 616,38 €
Deslocações, estadas e transportes	110 025,05 €
Serviços diversos	11 299 523,34 €
<b>Total</b>	<b>71 158 337,35 €</b>

#### NOTA FINAL

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

## Anexos

## Anexo I – Caracterização da entidade Consolidante

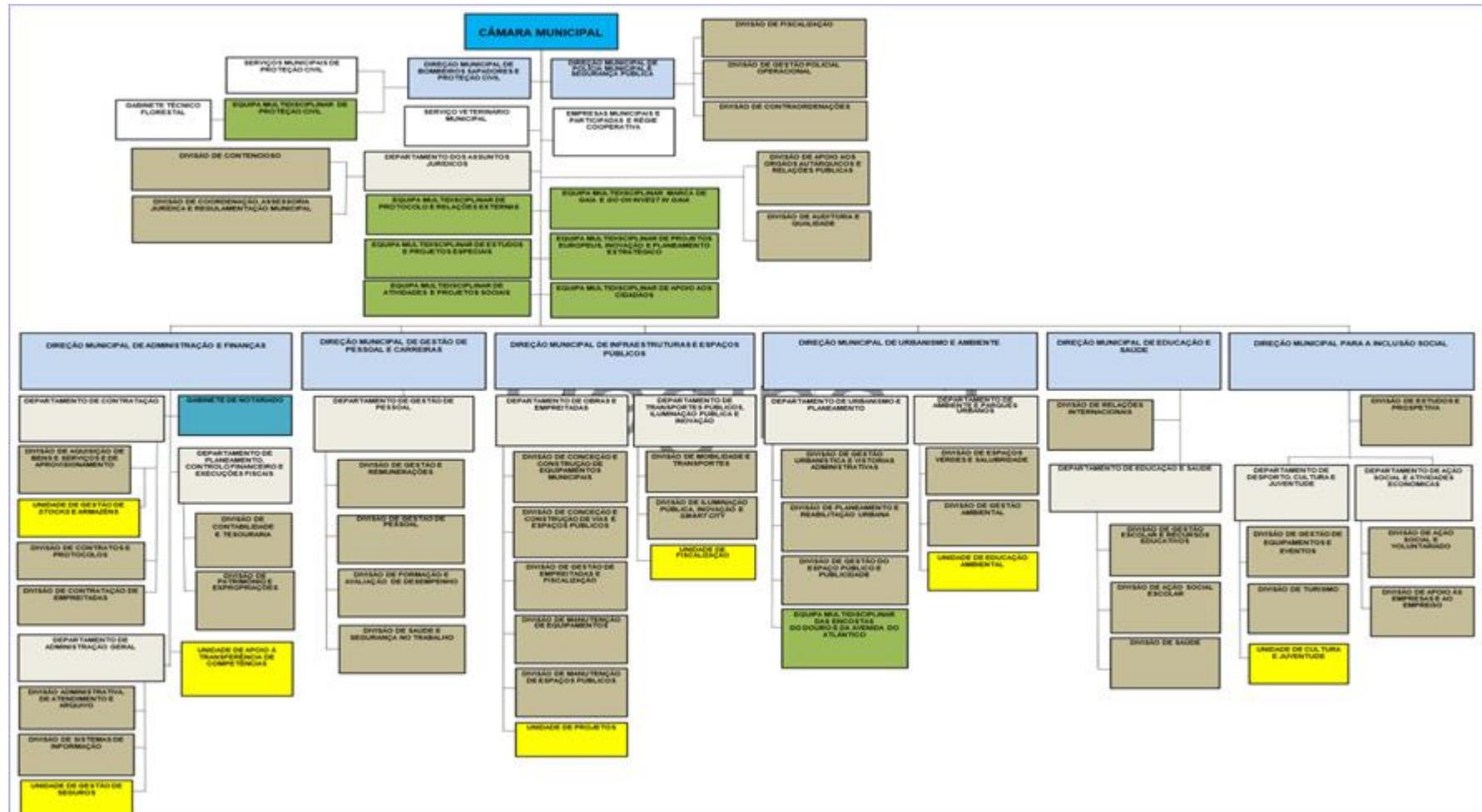
Caracterização da Entidade	
Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021	
<b>Identificação</b>	
1 Denominação	Município de Vila Nova de Gaia
2 Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	505335018
3 Natureza	Autarquia Local
4 Endereço postal - arruamento	Rua Álvares Cabral
5 Endereço postal - código postal	4400-017
6 Telefone	223742400
7 Endereço de correio eletrónico	geral@cm-gaia.pt
8 Sítio da internet	www.cm-gaia.pt
9 Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de	Não
<b>Legislação</b>	
1 Regime Financeiro	Lei 73/2013
2 Regime Jurídico	Lei 75/2013
<b>Participações da entidade</b>	
1 Serviços Municipalizados	Não
2 Serviços Intermunicipalizados	Não
3 Entidades Intermunicipais	Não
4 Entidades Associativas Municipais	Sim
5 Empresas Locais	Sim
6 Empresas participadas	Sim
7 Cooperativas	Sim
8 Fundações	Sim
9 Outras entidades de outra natureza	Sim
<b>Descrição sumária das atividades</b>	
1 Atividade	Administração Local
1 Atividade	Biblioteca
1 Atividade	Desportiva e Recreativa
<b>Identificação dos membros do Órgão Executivo / Conselho de Administração (I)</b>	
2 Nome	EDUARDO VITOR ALMEIDA RODRIGUES - Presidente
2 Nome	PATRICINIO MIGUEL VIEIRA AZEVEDO - Vice-Presidente
2 Nome	JOSÉ GUILHERME S. OLIVEIRA ÁGUIAR - Vereador
2 Nome	MANUEL ANTÓNIO CORREIA MONTEIRO - Vereador
2 Nome	JOSÉ VALENTIM PINTO MIRANDA - Vereador
2 Nome	ELISIO FERREIRA PINTO - Vereador
2 Nome	PAULA CRISTINA MARTINS CARVALHAL - Vereadora
2 Nome	MARINA RAQUEL LOPES MENDES ASCENÇÃO - Vereadora
2 Nome	JOSÉ JOAQUIM CANCELA MOURA - Vereador
2 Nome	MARIA ELISA VIEIRA S. CIDADE OLIVEIRA - Vereador
2 Nome	DUARTE ANTONIO REIS BESTEIRO - Vereador
2 Nome	CELIA MARIA MENDES CORREIA - Vereadora
2 Nome	DARIO SOARES FREITAS DA SILVA - Vereador
2 Nome	RUI MANUEL ALVES DA ROCHA PEREIRA - Vereador
2 Nome	PEDRO MANUEL VIEIRA ALVES DE OLIVEIRA - Vereador
<b>Outra informação - Ações de fiscalização</b>	
1 Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças

1	Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças
1	Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças
1	Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças
1	Entidade fiscalizadora	TC - Tribunal de Contas
1	Entidade fiscalizadora	TC - Tribunal de Contas
2	Data da ação	2006
2	Data da ação	2010
2	Data da ação	2012
2	Data da ação	2016
2	Data da ação	2012
2	Data da ação	2008
3	Período abrangido	2003; 2004 e 2005
3	Período abrangido	2006; 2007; 2008 e 2009
3	Período abrangido	2010 e 2011
3	Período abrangido	2015 e 2016
3	Período abrangido	2008; 2009; 2010; 2011 e 2012
3	Período abrangido	2005; 2006 e 2007
4	Identificação da ação	"Controlo das Autarquias numa Lógica de Grupo" - Proc. n.º 2006/34/22/A3/409
4	Identificação da ação	"Controlo do Endividamento e da Situação Financeira da Administração Local Autárquica" - Proc. n.º 2010/25/A3/392
4	Identificação da ação	"Controlo do Endividamento e da Situação Financeira da Administração Local Autárquica - Atrasos de Pagamento" - Proc. n.º 2012/25/A3/320
4	Identificação da ação	"Contribuir para uma Gestão Orçamental e Financeira Rigorosa e um Nível de Endividamento Sustentável na Administração Local" - Proc. n.º 2016/238/A3/855
4	Identificação da ação	"Auditoria Orientada ao Endividamento Municipal" - Proc. n.º 21/2012-AUDIT
4	Identificação da ação	"Auditoria Horizontal às Transferências" - Proc. n.º 46/2008-AUDIT
<b>Outra informação</b>		
1	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Norma de	2020-12-21
5	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Plano de	2019-10-21
7	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Relatório de	2022-04-04
9	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Inscrição do	2021-01-18
10	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Inscrição do	2021-02-04
11	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Revisão	2021-01-18
12	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Revisão	2021-02-04
15	Transferência de competência de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	Sim
16	Transferência de competência de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	Não
17	Delegação de competências - dos órgãos do município	Sim
18	Delegação de competências - dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	Não
19	Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, os mesmos foram observados	Sim
20	Número de trabalhadores a 31 de dezembro	2228
21	Prazo médio de pagamento - início do exercício	26.00
22	Prazo médio de pagamento - fim do exercício	58.00
26	Concessões de serviços públicos / obras públicas	Sim
27	Mecanismos de recuperação financeira e outros	Não
<b>Participações da entidade - influência dominante</b>		
1	Denominação	Águas de Gaia E.M., S.A.
1	Denominação	Gaiurb - Urbanismo e Habitação E.M., S.A.

1	Denominação	Inova.Gaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG
1	Denominação	Gaia Douro - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
1	Denominação	Gaia Futuro - Cooperativa de Interesse Público, CRL
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	504783202
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	506064433
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	507809861
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	720009499
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	513567020
3	Influência dominante	Sim
<b>Identificação dos membros do Órgão Executivo / Conselho de Administração (II)</b>		
1	Número de vereadores - regime de permanência	8
2	Número de vereadores - a meio tempo	0
3	Número de vereadores - restantes vereadores	2
4	Número de eleitores	Igual ou superior a 40.000
<b>Identificação das entidades que compõem o grupo público</b>		
1	Denominação	Águas de Gaia E.M., S.A.
1	Denominação	Gaiurb - Urbanismo e Habitação E.M., S.A.
1	Denominação	Inova.Gaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG
1	Denominação	Gaia Douro - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
1	Denominação	Gaia Futuro - Cooperativa de Interesse Público, CRL
1	Denominação	Municipia - Emp.Cartografia e Sist.Inform. E.M., S.A.
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	504783202
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	506064433
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	507809861
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	720009499
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	513567020
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	504475608
<b>Concessões de serviço públicos / obras públicas</b>		
1	Concessionário	TELEF - TRANSPORTES POR CABO E CONCESSÕES, S.A.
1	Concessionário	PARQUEGIL - PLANEAMENTO E GESTAO DE ESTACIONAMENTO, S.A
1	Concessionário	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A. / E-REDES - DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, S.A.
2	Objeto da concessão	CONCESSÃO DA UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA A CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TELEFÉRICO NA ZONA HISTÓRICA DE VILA NOVA DE GAIA E ATRIBUIÇÃO DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA PÚBLICA ATRAVÉS DE PARCÔMETROS COLETIVOS, NA ZONA ENVOLVENTE AO JARDIM DO MORRO, NA CIDADE DE VILA NOVA DE GAIA
2	Objeto da concessão	CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA PÚBLICA
2	Objeto da concessão	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NA ÁREA DO MUNÍCIO DE VILA NOVA DE GAIA
3	Data da celebração do contrato	2007-09-14
3	Data da celebração do contrato	2008-12-22
3	Data da celebração do contrato	2001-01-01

4	Período da concessão	20 ANOS, RENOVAVEL POR UM PERÍODO DE IGUAL DURAÇÃO
4	Período da concessão	20 ANOS
4	Período da concessão	20 ANOS, tendo sido renovado por força do Artº 285º do Decreto-Lei nº 15/2022, de 14 de janeiro
5	Natureza da concessão	PARCOMETROS E TELEFERICO
5	Natureza da concessão	PARCOMETROS
5	Natureza da concessão	Infraestruturas de BT

## Anexo II – Organograma – Entidade Consolidante



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.099.182.199,67 euros e um total de património líquido de 875.317.554,52 euros, incluindo um resultado líquido de 15.881.869,43 euros), a demonstração de resultados por natureza consolidados, demonstração das alterações do património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Vila Nova de Gaia em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza

2/3

**Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.**

SEDE: Rua D. João IV, 392 – 4000-298 Porto  
ESCRITÓRIOS: Av. Eng. Edgar Cardoso, 23 – 2ºE –4400-676 Vila Nova de Gaia  
Inscrita na OROC sob nº 345 registada na CMVM sob nº 20210025  
NIPC: 516423240 – Capital Social: 60.000,00€  
@: [www.rcvm-auditores.pt](http://www.rcvm-auditores.pt) / e: [geral@rcvm-auditores.pt](mailto:geral@rcvm-auditores.pt)

material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

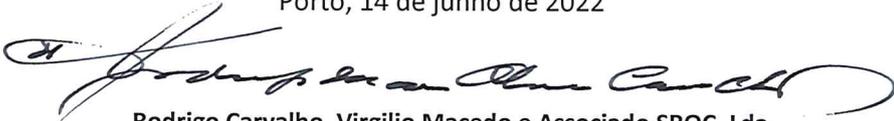
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 14 de junho de 2022



**Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado SROC, Lda.**

SROC 345/CMVM20210025, representada pelo sócio/partner

Dr. Rodrigo Mário de Oliveira Carvalho (ROC n.º 889)